

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	82
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	69.791
Preferenciais	0
Total	69.791
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	526.904	543.829
1.01	Ativo Circulante	196.308	204.187
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	103.572	134.970
1.01.01.01	Caixa Restrito	9.427	13.715
1.01.01.02	Caixa e Equivalentes de Caixa	94.145	121.255
1.01.03	Contas a Receber	79.624	63.374
1.01.03.01	Clientes	50.554	53.327
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	29.070	10.047
1.01.03.02.01	Impostos a recuperar	4.685	3.769
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	19.976	1.625
1.01.03.02.03	Dividendos a receber de controladas	3.871	3.871
1.01.03.02.04	Outras contas a receber	538	782
1.01.04	Estoques	65	90
1.01.07	Despesas Antecipadas	13.047	5.753
1.02	Ativo Não Circulante	330.596	339.642
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	104.057	99.673
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	4.522	3.887
1.02.01.01.03	Depósitos Judiciais	4.522	3.887
1.02.01.06	Tributos Diferidos	72.691	71.857
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	72.691	71.857
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.197	193
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	23.647	23.736
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	23.647	23.736
1.02.02	Investimentos	80.025	94.219
1.02.02.01	Participações Societárias	80.025	94.219
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	80.025	94.219
1.02.03	Imobilizado	13.481	12.628
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.481	12.628
1.02.04	Intangível	133.033	133.122
1.02.04.01	Intangíveis	133.033	133.122
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	130.729	130.729
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	2.304	2.393

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	526.904	543.829
2.01	Passivo Circulante	141.533	123.256
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.593	3.350
2.01.02	Fornecedores	21.850	22.092
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	21.372	21.927
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	478	165
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.195	9.719
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.195	9.719
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.195	9.719
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	37.605	39.675
2.01.04.02	Debêntures	37.605	39.675
2.01.05	Outras Obrigações	71.747	47.966
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	15.378	16.279
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	15.378	16.279
2.01.05.02	Outros	56.369	31.687
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	50.249	23.533
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo à cultura	5.999	8.035
2.01.05.02.06	Outras obrigações	121	119
2.01.06	Provisões	543	454
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	543	454
2.02	Passivo Não Circulante	58.314	76.973
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	37.500	56.250
2.02.01.02	Debêntures	37.500	56.250
2.02.04	Provisões	20.814	20.723
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.814	20.723
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.621	15.367
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	5.193	5.356
2.03	Patrimônio Líquido	327.057	343.600
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.02	Reservas de Capital	4.909	4.720
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.417	1.441
2.03.04	Reservas de Lucros	80.237	80.213
2.03.04.01	Reserva Legal	10.296	10.296
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	79.606	79.582
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-15.709	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	13.181	14.204

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	38.085	83.319
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-25.048	-60.561
3.03	Resultado Bruto	13.037	22.758
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-28.302	-18.454
3.04.01	Despesas com Vendas	-569	-555
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.026	-14.283
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-12.985	-13.066
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-1.041	-1.217
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	164	-536
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	164	-536
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13.871	-3.080
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13.871	-3.080
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.265	4.304
3.06	Resultado Financeiro	-1.278	-497
3.06.01	Receitas Financeiras	1.842	5.386
3.06.01.01	Receitas Financeiras	1.683	5.386
3.06.01.02	Variação Cambial e monetária, líquida	159	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-3.120	-5.883
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-3.120	-5.383
3.06.02.02	Variação Cambial e monetária, líquida	0	-500
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-16.543	3.807
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	834	-2.746
3.08.02	Diferido	834	-2.746
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.709	1.061
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.709	1.061
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,22510	0,01530
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,22510	0,01490

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.709	1.061
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.023	272
4.03	Resultado Abrangente do Período	-16.732	1.333

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.944	-15.355
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	350	12.505
6.01.01.01	Lucro líquido no exercício	-15.709	1.061
6.01.01.02	Equivalência Patromonial	13.871	3.080
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	746	830
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-834	2.746
6.01.01.05	Financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	2.064	4.043
6.01.01.06	Pagamentos baseados em ações	189	79
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	31	790
6.01.01.08	Constituição (reversão) de créditos de liquidação duvidosa	2	-25
6.01.01.09	Custo residual de ativo imobilizado baixado	-10	-99
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.294	-26.615
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	2.776	-10.827
6.01.02.02	Estoques	25	344
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-916	-447
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-18.351	-8.816
6.01.02.05	Outras contas a receber	243	-48
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-635	20
6.01.02.07	Despesas antecipadas	-10.298	-6.507
6.01.02.08	Fornecedores	-439	1.726
6.01.02.09	Impostos e contribuições a receber	-3.687	2.853
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	243	-791
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	26.716	-4.971
6.01.02.12	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-222	-660
6.01.02.13	Outras obrigações e contas a pagar	2.251	1.509
6.01.03	Outros	0	-1.245
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.303	-1.881
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-1.303	-1.881
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-23.863	-28.154
6.03.01	Partes relacionadas	-1.018	-1.206
6.03.03	Pagamento de debêntures - juros	-4.095	-8.198
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-18.750	-18.750
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-27.110	-45.390
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	121.255	225.011
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	94.145	179.621

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-3.504	89.878	0	14.204	343.600
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-3.504	89.878	0	14.204	343.600
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.709	-1.023	-16.732
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.709	0	-15.709
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.023	-1.023
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.023	-1.023
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	165	24	0	0	189
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-24	24	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseados em ações	0	189	0	0	0	189
5.07	Saldos Finais	243.022	-3.339	89.902	-15.709	13.181	327.057

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	238.124	-3.818	95.473	0	5.398	335.177
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	238.124	-3.818	95.473	0	5.398	335.177
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.061	272	1.333
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.061	0	1.061
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	272	272
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	272	272
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	53	1.087	-1.061	0	79
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.061	-1.061	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-26	26	0	0	0
5.06.04	Pagamento baseado em ações	0	79	0	0	0	79
5.07	Saldos Finais	238.124	-3.765	96.560	0	5.670	336.589

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	43.321	95.102
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	43.644	95.420
7.01.02	Outras Receitas	-321	-343
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-2	25
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-28.365	-63.517
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-23.862	-57.660
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.500	-5.854
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-3	-3
7.03	Valor Adicionado Bruto	14.956	31.585
7.04	Retenções	-746	-830
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-746	-830
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	14.210	30.755
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-11.996	1.545
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-13.871	-3.080
7.06.02	Receitas Financeiras	1.842	4.886
7.06.03	Outros	33	-261
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.214	32.300
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.214	32.300
7.08.01	Pessoal	7.768	8.744
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.559	7.524
7.08.01.02	Benefícios	817	882
7.08.01.03	F.G.T.S.	392	338
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	6.413	16.591
7.08.02.01	Federais	4.856	13.252
7.08.02.02	Estaduais	5	50
7.08.02.03	Municipais	1.552	3.289
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.742	5.904
7.08.03.01	Juros	3.083	5.323
7.08.03.02	Aluguéis	659	581
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.709	1.061
7.08.04.02	Dividendos	0	14.265
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.709	-13.204

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	601.652	619.755
1.01	Ativo Circulante	311.709	330.863
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	139.896	163.286
1.01.01.01	Caixa restrito	9.427	13.715
1.01.01.02	Caixa e Equivalentes de Caixa	130.469	149.571
1.01.03	Contas a Receber	148.324	142.620
1.01.03.01	Clientes	89.730	107.563
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	58.594	35.057
1.01.03.02.01	Impostos a Recuperar	22.000	20.512
1.01.03.02.02	Adiantamento a fornecedores	26.960	8.836
1.01.03.02.03	Outras contas a receber	9.634	5.709
1.01.04	Estoques	2.036	1.397
1.01.07	Despesas Antecipadas	21.453	23.560
1.02	Ativo Não Circulante	289.943	288.892
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	101.114	99.263
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	5.680	5.746
1.02.01.01.03	Depósitos judiciais	5.680	5.746
1.02.01.06	Tributos Diferidos	83.166	81.066
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	83.166	81.066
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	3.197	3.525
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	9.071	8.926
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	9.071	8.926
1.02.03	Imobilizado	48.493	48.830
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	48.493	48.830
1.02.04	Intangível	140.336	140.799
1.02.04.01	Intangíveis	140.336	140.799
1.02.04.01.02	Ágio na aquisição de investimentos	136.449	136.793
1.02.04.01.03	Outros intangíveis	3.887	4.006

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	601.652	619.755
2.01	Passivo Circulante	198.011	179.653
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	6.421	5.781
2.01.02	Fornecedores	51.251	60.255
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	49.871	58.967
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	1.380	1.288
2.01.03	Obrigações Fiscais	13.346	20.246
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	13.346	20.246
2.01.03.01.02	Impostos e contribuições a recolher	13.346	20.246
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	59.976	54.100
2.01.04.02	Debêntures	59.976	54.100
2.01.05	Outras Obrigações	66.474	38.813
2.01.05.02	Outros	66.474	38.813
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	742	742
2.01.05.02.04	Adiantamentos de clientes	56.963	28.740
2.01.05.02.05	Patrocínios - Lei de incentivo a cultura	5.999	8.035
2.01.05.02.06	Outras obrigações	2.770	1.296
2.01.06	Provisões	543	458
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	543	458
2.01.06.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	543	458
2.02	Passivo Não Circulante	66.005	85.659
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	37.500	56.250
2.02.01.02	Debêntures	37.500	56.250
2.02.03	Tributos Diferidos	2.035	2.201
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.035	2.201
2.02.04	Provisões	26.470	27.208
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.470	27.208
2.02.04.01.05	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	20.133	20.445
2.02.04.01.06	Impostos e contribuições a recolher	6.337	6.763
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	337.636	354.443
2.03.01	Capital Social Realizado	243.022	243.022
2.03.02	Reservas de Capital	4.909	4.720
2.03.03	Reservas de Reavaliação	1.417	1.441
2.03.04	Reservas de Lucros	80.237	80.213
2.03.04.01	Reserva Legal	10.296	10.296
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	79.606	79.582
2.03.04.10	Gastos com emissão de ações	-9.665	-9.665
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-15.709	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	13.181	14.204
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	10.579	10.843

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	59.068	106.334
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-51.335	-76.845
3.03	Resultado Bruto	7.733	29.489
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.922	-23.491
3.04.01	Despesas com Vendas	-918	-1.271
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.504	-22.071
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-21.185	-20.749
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-1.319	-1.322
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	500	-149
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais, Líquidas	500	-149
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-15.189	5.998
3.06	Resultado Financeiro	-2.725	-1.918
3.06.01	Receitas Financeiras	2.047	6.057
3.06.02	Despesas Financeiras	-4.772	-7.975
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-4.566	-6.086
3.06.02.02	Variação cambial e monetária, líquida	-206	-1.889
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.914	4.080
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	1.941	-2.931
3.08.01	Corrente	-678	-703
3.08.02	Diferido	2.619	-2.228
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.973	1.149
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-15.973	1.149
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-15.709	1.061
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-264	88
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,22510	0,01530
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,22510	0,01490

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-15.973	1.149
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1.023	272
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-16.996	1.421
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-16.732	1.333
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-264	88

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-3.958	-26.865
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.151	7.561
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-15.973	1.149
6.01.01.02	Depreciação e amortização	2.592	2.097
6.01.01.03	Custo residual de ativo imobilizado baixado	312	-99
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-2.619	2.228
6.01.01.05	Financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais	2.312	1.695
6.01.01.06	Pagamentos baseados em ações	189	79
6.01.01.07	Constiuição (reversão) de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-521	433
6.01.01.08	Constituição (reversão) de créditos de liquidação devedora	557	-21
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	11.055	-32.713
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	15.574	-12.383
6.01.02.02	Estoques	-651	384
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-2.325	-1.857
6.01.02.04	Adiantamento a fornecedores	-18.419	-9.794
6.01.02.05	Outras contas a receber	-4.167	3.311
6.01.02.06	Depósitos judiciais	26	64
6.01.02.07	Despesas antecipadas	1.256	-17.844
6.01.02.08	Fornecedores	-7.836	4.519
6.01.02.09	Impostos e contribuições a recolher	-5.070	1.317
6.01.02.10	Salários, provisões e encargos sociais	728	-209
6.01.02.11	Adiantamento de clientes	28.379	-1.138
6.01.02.12	Pagamentos de processos tributários, cíveis e trabalhistas	-245	-660
6.01.02.13	Outras obrigações e contas a pagar	3.805	1.577
6.01.03	Outros	-1.862	-1.713
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.006	-4.635
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-2.006	-4.635
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-14.256	-24.094
6.03.01	Partes relacionadas	-145	3.031
6.03.02	Pagamento de dividendos	0	-177
6.03.03	Pagamento de debêntures - juros	-4.095	-8.198
6.03.04	Pagamento de debêntures - principal	-18.750	-18.750
6.03.05	Contratação de empréstimos, financiamentos e debêntures	8.734	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.118	1.866
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.102	-53.728
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	149.571	263.277
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	130.469	209.549

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	243.022	-3.504	89.878	0	14.204	343.600	10.843	354.443
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	243.022	-3.504	89.878	0	14.204	343.600	10.843	354.443
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-15.709	-1.023	-16.732	-264	-16.996
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-15.709	0	-15.709	-264	-15.973
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.023	-1.023	0	-1.023
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-1.023	-1.023	0	-1.023
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	165	24	0	0	189	0	189
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-24	24	0	0	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseados em ações	0	189	0	0	0	189	0	189
5.07	Saldos Finais	243.022	-3.339	89.902	-15.709	13.181	327.057	10.579	337.636

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	238.124	-3.818	95.473	0	5.398	335.177	2.851	338.028
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	238.124	-3.818	95.473	0	5.398	335.177	2.851	338.028
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.061	272	1.333	88	1.421
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.061	0	1.061	88	1.149
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	272	272	0	272
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	272	272	0	272
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	53	1.087	-1.061	0	79	6.715	6.794
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.061	-1.061	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	-26	26	0	0	0	0	0
5.06.04	Pagamentos baseados em ações	0	79	0	0	0	79	0	79
5.06.05	Aquisição de participação societária de acionistas minoritários	0	0	0	0	0	0	6.715	6.715
5.07	Saldos Finais	238.124	-3.765	96.560	0	5.670	336.589	9.654	346.243

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 31/03/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 31/03/2012
7.01	Receitas	65.248	120.307
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	66.222	120.579
7.01.02	Outras Receitas	-417	-293
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-557	21
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-52.829	-78.100
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-45.348	-69.817
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.425	-8.449
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-56	-41
7.02.04	Outros	0	207
7.03	Valor Adicionado Bruto	12.419	42.207
7.04	Retenções	-2.592	-2.097
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.592	-2.097
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	9.827	40.110
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.042	4.141
7.06.02	Receitas Financeiras	1.840	4.168
7.06.03	Outros	202	-27
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	11.869	44.251
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	11.869	44.251
7.08.01	Pessoal	13.721	14.641
7.08.01.01	Remuneração Direta	12.072	12.892
7.08.01.02	Benefícios	1.116	1.292
7.08.01.03	F.G.T.S.	533	457
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	7.401	20.014
7.08.02.01	Federais	5.174	14.676
7.08.02.02	Estaduais	483	2.019
7.08.02.03	Municipais	1.744	3.319
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.720	8.447
7.08.03.01	Juros	4.559	6.037
7.08.03.02	Aluguéis	936	850
7.08.03.03	Outras	1.225	1.560
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-15.973	1.149
7.08.04.02	Dividendos	0	14.505
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-15.709	-13.444
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-264	88

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Prezados acionistas e agentes do mercado,

Apresentamos a seguir os comentários sobre as demonstrações financeiras referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013 (1T13). Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Informações Trimestrais (ITR).

Desempenho Operacional

Repetindo comportamento histórico, o primeiro trimestre de 2013 (1T13) foi marcado por menor atividade em nossas operações em razão das férias escolares e verão no hemisfério sul, combinados, neste ano, com uma grande concentração de feriados. Neste contexto, nossa expectativa de resultados para o 1T13 já apontava para um trimestre abaixo da média histórica. Além disso, particularmente neste ano, o efeito sazonal foi potencializado pelo seguintes fatores:

- **Ausência de shows outdoor:** devido ao cancelamento da turnê do Coldplay que deveria ocorrer em fevereiro, dois dias antes da abertura de vendas no final de novembro;
- **Varekai, do Cirque du Soleil:** menor número de apresentações e potencial das praças em cartaz, sendo 72 apresentações no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília no 1T12 contra 51 apresentações em Lima (Peru) no 1T13, esta última com taxas de ocupação significativamente abaixo de nossas expectativas refletindo impacto acima do previsto do efeito férias. Considerando que a estreia de Corteo ocorreu somente em 30 de março, Lima foi o único mercado do Cirque du Soleil no trimestre;
- **Teatro:** menor número de apresentações no Teatro Renault em São Paulo, uma vez que durante o primeiro trimestre estávamos em fase de montagem do musical “O Rei Leão” cuja complexidade técnica exigiu um período de montagem maior que o usual;
- **Menor alavancagem operacional:** dado o nível de despesas fixas da Companhia, que giram em torno de R\$22 milhões por trimestre, o baixo nível de atividade não permitiu alavancagem operacional resultando, portanto, em menor diluição das despesas e custos, com impacto direto em nossos resultados.

Indicadores Operacionais	1T12	1T13	Var. %
Música ao Vivo			
Número de Eventos	59	39	-34%
Ingressos Vendidos (000)	240	135	-44%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	157	91	-42%
Eventos Família e Teatro			
Número de Eventos	123	127	3%
Ingressos Vendidos (000)	183	112	-39%
Preço Médio por Ingresso (R\$)	175	156	-11%
TOTAL			
Número de Eventos	182	166	-9%
Ingressos Vendidos (000)	423	246	-42%

Comentário do Desempenho

No 1T13 promovemos 166 eventos e comercializamos aproximadamente 246 mil ingressos nas regiões em que atuamos. Quando comparado ao 1T12, notamos que houve grande impacto na quantidade de ingressos vendidos.

No caso de Música ao Vivo, este desempenho é justificado pela prejudicada base de comparação uma vez que no 1T12 promovemos duas apresentações outdoor de Roger Waters em São Paulo, o que não se repetiu no 1T13, e pela menor disponibilidade de datas no Citibank Hall Rio de Janeiro, devido ao aluguel da casa para eventos de terceiros (Musical “Thriller”).

Em **Música ao Vivo Indoor**, promovemos 39 eventos de artistas nacionais como Zezé di Camargo e Luciano, Roupas Nova, Revelação, Naldo, Djavan, Capital Inicial, Luan Santana, Gustavo Lima, entre outros, além de artistas internacionais como Jamiroquai, Alejandro Sanz e Jonas Brothers. Nestes eventos, trabalhamos com ocupação ligeiramente acima do esperado, mas com mix de shows que resultou em menor preço médio.

No caso de Eventos Família e Teatro, o desempenho é justificado principalmente pela turnê Varekai em diferentes praças e com resultados diferentes de bilheteria conforme já mencionado anteriormente.

Em **Eventos Família e Teatro**, promovemos os seguintes eventos na região:

- “O Rei Leão”, que estreou em São Paulo (somente 3 dias de apresentações no 1T13) com excelente velocidade de vendas (52 mil ingressos na pré-venda) tendo atingido em 5 semanas a marca de 100 mil ingressos vendidos;
- “Corteo” do Cirque du Soleil, que estreou em São Paulo (somente 2 dias de apresentações no 1T13) com mais de 64 mil ingressos vendidos;
- “Varekai” do Cirque du Soleil, que finalizou sua turnê em Lima durante este 1T13, e que trabalhou com taxas de ocupação e preços médios muito abaixo do esperado.

Importante mencionar que durante o 1T13 estivemos em fase pré-operacional dos dois primeiros espetáculos citados acima (“O Rei Leão” e “Corteo”), portanto, além do consumo de recursos para tal, com exceção de Varekai em Lima, praticamente não promovemos conteúdos neste segmento.

Em **Eventos Esportivos** promovemos duas etapas de Copa Stock Car, em São Paulo e Curitiba, com taxa de ocupação em linha com o esperado.

Desempenho Financeiro

Como consequência desta sazonalidade e das particularidades deste trimestre citadas acima, nossa Receita Líquida apresentou queda de 44%, atingindo R\$59,1 milhões no 1T13 versus R\$106,3 milhões no 1T12. Esta queda é justificada em grande parte pela retração em Promoção de Eventos, que apresentou queda de 58% de receita líquida. Música ao Vivo foi o segmento que mais contribuiu para esta queda, devido principalmente à ausência de conteúdo outdoor. Eventos Família e Teatro também apresentaram retração, principalmente devido ao menor número de apresentações e às baixas taxas de ocupação da turnê Varekai em Lima. Em Eventos Esportivos houve crescimento de 33% de receita líquida devido à realização de uma prova adicional na categoria Stock Car. Já em Patrocínios, houve queda de 42% de receita líquida também em função do calendário de eventos e, conseqüentemente, menor apropriação contábil dos patrocínios vendidos.

A retração da Receita Líquida refletiu diretamente no Lucro Bruto, que apresentou queda de 74%, atingindo R\$7,7 milhões no 1T13 versus R\$29,5 milhões no 1T12, enquanto que a Margem Bruta retraiu de 27,7% para

Comentário do Desempenho

13,1%, em função, principalmente, do resultado negativo observado no espetáculo Varekai em Lima, e, em menor extensão, a menor diluição de alguns custos fixos em função do baixo nível de atividade no trimestre.

O Resultado Financeiro Líquido foi despesa de R\$2,7 milhões no 1T13, versus despesa de R\$1,9 milhão no 1T12. Este resultado é decorrente de menores receitas com aplicações financeiras devido à queda das taxas de juros e menor caixa médio no período em comparação ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, apresentamos menores despesas financeiras devido à amortização das Debêntures e um menor impacto de variação cambial sobre passivos denominados em moeda estrangeira.

Apesar do esforço de redução na linha de despesas operacionais, especialmente quando considerada a inflação do período, o nível de atividade neste trimestre não gerou alavancagem operacional suficiente para compensar a diminuição de Receita Líquida e perda de Margem Bruta. Com isso, o EBITDA no 1T13 atingiu o montante negativo de R\$12,6 milhões contra R\$8,1 milhões positivos no 1T12 e, o resultado do 1T13, foi um prejuízo de R\$16,0 milhões versus um lucro de R\$1,1 milhão em igual período de 2012.

Pipeline de Eventos

▪ Música ao Vivo

Continuamos, no caso de Música ao Vivo Indoor, com um pipeline relevante de shows já contratados para as nossas casas. Em música internacional, promovemos em abril os artistas “Regina Spekter”, “Keane” e o fenômeno asiático “Super Junior”, e promoveremos no 2T13 “Pet Shop Boys” e “Hanson”, além de finalizar recentemente a contratação de conteúdos a serem apresentados no segundo semestre como “Steven Wilson”, “Violetta”, “Ringo Starr”, “Herbie Hancock”, “Eros Ramazzotti”, “Loreena McKennitt” e “Sarah Brightman”. Já nos conteúdos nacionais, continuamos com pipeline importante com artistas regulares que se apresentaram em abril como “Daniel”, “Maria Gadu”, “Luan Santana”, “Barão Vermelho” e programados para as próximas semanas como “Zeca Pagodinho”, “Só Para Contrariar”, “Turma do Pagode”, “Planet Hemp”, “Maria Rita”, “Osvaldo Montenegro”, “Arlindo Cruz”, entre outros.

Em Música ao Vivo Outdoor, anunciamos ao final do 1T13 a turnê sul-americana da lendária banda de rock Black Sabbath, pela primeira e única vez na região. Com sua formação original - Ozzy Osbourne (vocal), Tony Iommi (guitarra) e Geezer Butler (baixo), as apresentações serão realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Buenos Aires, Santiago e Lima. Megadeth participará da turnê como convidado especial. As vendas, abertas em 6 de maio no Brasil, já alcançaram em 4 dias, 85% do volume previsto, sendo que o show de São Paulo já ultrapassou a marca de 50 mil ingressos vendidos.

No mês de novembro promoveremos pela primeira vez o festival “Planeta Terra”, num contrato de quatro anos. O intuito da parceria é unir as expertises de ambas as empresas para oferecer ao público - tanto os presentes no local como à audiência distribuída em toda a América Latina graças à transmissão ao vivo pela internet - a melhor experiência do Planeta Terra de todos os tempos. Com isso, adicionamos mais um produto ao nosso portfólio e aumentamos nossa diversificação e base de atuação.

Temos, ainda, outros importantes nomes internacionais sendo considerados e alguns em fase bem adiantada de negociação.

[O restante desta página foi deixado em branco intencionalmente]

Comentário do Desempenho

▪ Eventos Família e Teatro

O musical da Broadway “O Rei Leão” continua em cartaz em São Paulo até o final de 2014. Nas primeiras cinco semanas atingiu vendas de 100 mil ingressos.

A temporada 2013 de Corteo, do Cirque du Soleil, ficará em cartaz até o final de julho, seguindo para Brasília onde ficará em cartaz até início de setembro.

Promoveremos neste mês de maio o espetáculo Disney on Ice com 32 apresentações, sendo 21 em São Paulo e 11 no Rio de Janeiro.

▪ Eventos Esportivos

Em relação à Copa Stock Car, promoveremos no 2T13 as etapas de Tarumã, Salvador, Brasília e Cascavel. Já na Copa Petrobras de Marcas, promoveremos no 2T13 as etapas de São Paulo e Brasília. No Campeonato Brasileiro de Turismo, promoveremos no 2T13 as etapas de Brasília e Cascavel.

[O restante desta página foi deixado em branco intencionalmente]

Comentário do Desempenho

Comentário sobre o Desempenho Econômico-Financeiro Consolidado

Receita Líquida

Receita Líquida (em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)	1T12	1T13	Var. %
Promoção de Eventos	62.913	26.138	-58%
<i>Música ao Vivo</i>	33.655	11.116	-67%
<i>Eventos Família e Teatro</i>	27.776	13.055	-53%
<i>Eventos Esportivos</i>	1.482	1.967	33%
Operações de Bilheteria, A&B e Venues	17.496	17.941	3%
Patrocínio	25.925	14.989	-42%
<i>Promoção de Eventos</i>	21.309	10.253	-52%
<i>Operações de Bilheteria, A&B e Venues</i>	4.616	4.736	3%
TOTAL	106.334	59.068	-44%

A Receita Líquida do 1T13 atingiu R\$59,1 milhões, queda de 44% quando comparado ao 1T12 quando atingiu R\$106,3 milhões. A retração da Receita Líquida é justificada pelo calendário de eventos deste trimestre onde promovemos uma menor quantidade de atrações.

A Receita Líquida de Promoção de Eventos apresentou queda de 58% no 1T13, atingindo R\$26,1 milhões versus R\$62,9 milhões no 1T12. Música ao Vivo foi o segmento que mais contribuiu para esta queda, devido principalmente ao efeito calendário de eventos, onde no 1T12 promovemos dois shows outdoor (Roger Waters). Eventos Família e Teatro também apresentou retração, principalmente devido à turnê Varekai, que no 1T12 promovemos no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, com 72 apresentações, e no 1T13 encerrou a turnê em Lima com 51 apresentações com ocupação significativamente abaixo de nossas projeções devido ao período de férias nesta região, resultando em perdas. Em Eventos Esportivos houve crescimento de 33% de receita líquida devido principalmente à realização de uma prova adicional na categoria Stock Car no 1T13 em comparação com o 1T12.

A Receita Líquida de Operações de Bilheteria, A&B e Venues apresentou crescimento de 3% no 1T13, atingindo R\$17,9 milhões versus R\$17,5 milhões no 1T12, refletindo a receita de taxas de conveniência de eventos que acontecerão durante o 2T13.

A Receita Líquida de Patrocínio totalizou R\$15,0 milhões, queda de 42% quando comparado aos R\$25,9 milhões realizados no 1T12. Esta redução é decorrente, principalmente, de menor número de eventos promovidos, o que, conseqüentemente, impacta a apropriação contábil de patrocínios relacionados. Em conjunto, podemos também mencionar que não promovemos nenhum conteúdo outdoor neste trimestre quando no 1T12 promovemos dois shows, e, além disso, trabalhamos com menores cotas de patrocínio nos Eventos Familiares do 1T13 versus 1T12.

[O restante desta página foi deixado em branco intencionalmente]

Comentário do Desempenho

Lucro Bruto

Lucro Bruto (em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)	1T12	1T13	Var. %
Lucro Bruto	29.489	7.733	-74%
Margem Bruta (%)	27,7%	13,1%	-14,5 p.p.

O Lucro Bruto atingiu R\$7,7 milhões no 1T13, resultado 74% inferior ao realizado no 1T12 de R\$29,5 milhões, enquanto que a Margem Bruta caiu de 27,7% para 13,1%. A queda na Margem Bruta é decorrente principalmente do resultado negativo da turnê Varekai no Peru. Como consequência da sazonalidade, podemos citar também o impacto da menor diluição de alguns custos fixos em função do baixo nível de atividade no trimestre.

Despesas com Vendas, Administrativas e Remuneração dos Administradores

Despesas com Vendas, Administrativas e Remuneração dos Administradores (em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)	1T12	1T13	Var. %
Vendas	(1.271)	(918)	-28%
Gerais e Administrativas	(20.749)	(21.185)	2%
Remuneração dos Administradores	(1.322)	(1.319)	0%
Total	(23.342)	(23.422)	0%
<i>%Despesas com Vendas/Rec. Líquida</i>	<i>1%</i>	<i>2%</i>	
<i>% Despesas Gerais e Administrativas/Rec. Líquida</i>	<i>20%</i>	<i>36%</i>	
<i>% Remuneração Administradores/Rec. Líquida</i>	<i>1%</i>	<i>2%</i>	
<i>% Despesas Totais/Receita Líquida</i>	<i>22%</i>	<i>40%</i>	

As Despesas com Vendas, Administrativas e Remuneração dos Administradores no 1T13 totalizaram R\$23,4 milhões, em linha com o mesmo período do ano anterior, apesar da inflação de 7% observada no período. A variação de 28% nas Despesas com Vendas, consequência da queda de Receita Líquida, foi compensada pelo aumento de 2% das Despesas Gerais e Administrativas, efeito este principalmente de dissídios coletivos, uma vez que aproximadamente 65% destas despesas são representadas por gastos com pessoal.

Em relação à Receita Líquida, as Despesas com Vendas, Administrativas e Remuneração dos Administradores representaram 40% no 1T13 versus 22% no 1T12, refletindo a queda da Receita Líquida no período e menor diluição de despesas de natureza fixa.

[O restante desta página foi deixado em branco intencionalmente]

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)	1T12	1T13	Var. %
Receitas Financeiras	6.057	2.047	-66%
Juros Ativos	502	84	-83%
Rendimentos de Aplicações Financeiras	5.462	1.953	-64%
Outros	93	9	-90%
Despesas Financeiras	(6.086)	(4.566)	-25%
Juros Passivos	(565)	(1.099)	95%
Juros com Empréstimos - Debêntures	(3.964)	(2.025)	-49%
Perdas com Operações de Swap	(985)	-	n.a.
Impostos e Outros	(572)	(1.442)	152%
Variação Cambial	(1.889)	(186)	-90%
Resultado Financeiro Líquido	(1.918)	(2.705)	41%

No 1T13 o Resultado Financeiro Líquido representou uma despesa de R\$2,7 milhões, versus também despesa de R\$1,9 milhão no 1T12. Esta variação é decorrente principalmente de menor volume de receitas financeiras, resultado de menor caixa médio entre os períodos e menores taxas de juros devido à queda da SELIC. Por outro lado, houve redução das despesas financeiras, principalmente nas despesas com juros, devido ao menor saldo devedor de Debêntures, além de menor impacto de variação cambial no período refletindo essencialmente o comportamento da moeda brasileira (Real) versus o Dólar Norte Americano, o Peso Argentino e o Peso Chileno.

EBITDA

Reconciliação do EBITDA (em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)	1T12	1T13	Var. %
Resultado Líquido	1.149	(15.973)	n.a.
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	2.931	(1.941)	n.a.
(+) Resultado Financeiro Líquido	1.918	2.725	42%
(+) Depreciações e Amortizações	2.097	2.592	24%
=EBITDA	8.095	(12.597)	n.a.
Margem EBITDA (%)	7,6%	-21,3%	n.a.

Em função dos fatores anteriormente mencionados, o EBITDA no 1T13 foi negativo em R\$12,6 milhões comparados a R\$8,1 milhões positivos no 1T12. Em relação à Receita Líquida, a Margem EBITDA variou de 7,6% para negativos 21,3%, reflexo da perda de Margem Bruta no mesmo período.

[O restante desta página foi deixado em branco intencionalmente]

Comentário do Desempenho

Resultado Líquido

Resultado Líquido (em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)	1T12	1T13	Var. %
Resultado Antes de Impostos	4.080	(17.914)	n.a.
(-) Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.931)	1.941	n.a.
Resultado Líquido	1.149	(15.973)	n.a.

No 1T13, o prejuízo totalizou R\$16,0 milhões, versus lucro de R\$1,1 milhão no 1T12. A queda do Resultado Líquido reflete, essencialmente, o menor nível de atividade e a queda da Margem Bruta.

Capital de Giro

Capital de Giro (em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)	4T12	1T13	Var. %
Ativo	144.881	143.376	-1%
Contas a Receber	107.563	89.730	-17%
Estoques	1.397	2.036	46%
Adiantamento a Fornecedores e Custos Antecipados	35.921	51.610	44%
Passivo	88.995	108.214	22%
Fornecedores	60.255	51.251	-15%
Adiantamento de Clientes	28.740	56.963	98%
Capital de Giro TOTAL	55.886	35.162	-37%
% da Receita Líquida	53%	60%	

A conta Contas a Receber encerrou o 1T13 totalizando R\$89,7 milhões, queda de 17% em comparação com o 4T12. Esta variação é justificada, principalmente, por recebimentos de patrocínios.

As contas Adiantamento a Fornecedores e Custos Antecipados encerraram o 1T13 somando R\$51,6 milhões, crescimento de 44% em comparação com o 4T12, refletindo, os custos pré-operativos incorridos com os espetáculos "O Rei Leão", "Corteo" e "Disney on Ice".

A conta Fornecedores encerrou o 1T13 somando R\$51,3 milhões, queda de 15% em comparação com o 4T12, resultado do menor nível de atividade.

A conta Adiantamento de Clientes encerrou o 1T13 somando R\$57,0 milhões, crescimento de 98% em comparação com o 4T12. Esta variação reflete, substancialmente, as vendas antecipadas de ingressos para os espetáculos "O Rei Leão" e "Corteo", além de cotas de patrocínios relativos a naming rights de 2013.

Com isso, o Capital de Giro Total aplicado nos negócios da Companhia atingiu R\$35,2 milhões no 1T13, queda de R\$20,7 milhões quando comparado ao 4T12, refletindo, principalmente, a menor contribuição de Contas a Receber e maior contribuição de Adiantamento de Clientes.

[O restante desta página foi deixado em branco intencionalmente]

Comentário do Desempenho

Caixa e Endividamento

Endividamento Líquido <i>(em 000 de R\$, exceto se de outra forma indicado)</i>	4T12	1T13	Var. %
Curto Prazo			
Empréstimos e Financiamentos	54.100	59.976	11%
Longo Prazo			
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	56.250	37.500	-33%
Endividamento TOTAL	110.350	97.476	-12%
Caixa e Equivalentes de Caixa	149.571	130.469	-13%
Caixa (Dívida) Líquido	39.221	32.993	-16%

O Endividamento Total da Companhia atingiu R\$97,5 milhões ao final do 1T13, queda de 12% quando comparado ao 4T12 quando somava R\$110,3 milhões, refletindo a amortização da parcela semestral das Debêntures efetuada em março.

No encerramento do 1T13, o Caixa e Equivalentes de Caixa totalizaram R\$130,5 milhões (R\$139,9 milhões considerando o Caixa Restrito), queda de 13% em comparação com o encerramento do 4T12 quando somavam R\$149,6 milhões, em função principalmente do consumo de: (i) R\$4,0 milhões com as atividades operacionais, principalmente capital de giro; (ii) R\$2,0 milhões com atividades de investimentos devido a investimentos em equipamentos para "O Rei Leão"; e (iii) R\$14,3 milhões com as atividades financeiras, notadamente a amortização de Debêntures.

* * *

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 1T13 a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. No trimestre findo em 31 de março de 2013, não foram prestados pelos auditores independentes e por partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa.

[O restante desta página foi deixado em branco intencionalmente]

Notas Explicativas

T4F ENTRETENIMENTO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A T4F Entretenimento S.A. (“Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros - BM&FBOVESPA sob o código “SHOW3”, que, em conjunto com suas controladas (“Grupo T4F”), têm como objeto social a administração, a promoção, a organização, a produção, o agenciamento, a programação e a execução de atividades relacionadas ao entretenimento ao vivo em geral, como eventos esportivos, artísticos, culturais, shows e espetáculos de qualquer espécie ou gênero, como também a administração e a operação de casas de espetáculos.

A Companhia administra cinco casas de espetáculos na América do Sul: Credicard Hall e Teatro Renault, em São Paulo, Citibank Hall, no Rio de Janeiro, Chevrolet Hall, em Belo Horizonte, e o Teatro Opera Citi, na Argentina. No exterior, as operações incluem eventos na Argentina, Chile e Peru, através de suas controladas. Para os eventos esportivos, a Companhia é responsável pela promoção e divulgação das corridas automobilísticas de categorias, que juntas compõem o principal evento automobilístico nacional.

Por meio da controlada Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A., a Companhia iniciou, em 2012, atividade no segmento de locação de equipamentos e acessórios gerais para a promoção de eventos.

2. BASE DE ELABORAÇÃO

Declaração de conformidade e base de preparação

As informações contábeis intermediárias da Companhia, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013, compreendem:

- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e a IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.
- As informações contábeis intermediárias individuais da Companhia elaboradas de acordo com o CPC 21 (R1) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

Notas Explicativas

As informações contábeis intermediárias individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Dessa forma, essas informações contábeis intermediárias individuais não são consideradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis intermediárias separadas da controladora pelo seu valor justo ou custo de aquisição.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão descritas na nota explicativa nº 3.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente nas informações contábeis intermediárias da controladora e do consolidado:

a) Princípios gerais

Ativos, passivos, receitas e despesas são apurados de acordo com o regime de competência. A receita de venda é reconhecida na demonstração do resultado quando os riscos e benefícios inerentes referentes aos produtos vendidos são transferidos ao comprador ou quando os serviços são efetivamente prestados. A receita é apresentada líquida de deduções, incluindo os impostos calculados sobre as vendas.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços, possuem vencimentos inferiores a 90 dias, sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, o qual se aproxima do método de custo amortizado, reduzido de provisão para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 90 dias, quanto a: (i) justificativa do cliente para o atraso; (ii) renegociação e/ou parcelamento do título; (iii) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e (iv) histórico do cliente. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento não seja provável. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e por não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis intermediárias.

d) Estoques

Registrados pelo custo de aquisição, ajustados ao valor de realização e das eventuais perdas, quando aplicável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio.

Notas Explicativas

e) Custos antecipados

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente para a realização de eventos, shows e espetáculos, sendo apropriados ao resultado à medida que os correspondentes eventos são realizados. A Administração revisa o valor contábil desses ativos com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não poderá ser recuperado.

f) Demais ativos circulante e não circulante

Apresentados ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

g) Investimentos

Nas informações contábeis intermediárias individuais, os investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h) Imobilizado

Demonstrado ao custo de aquisição, incluindo juros, quando aplicável, acrescido de reavaliação espontânea e deduzido das respectivas depreciações, calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada dos bens. As benfeitorias em propriedades de terceiros são depreciadas pela vida útil estimada dos bens ou pelo prazo de locação dos imóveis, dos dois, o menor.

i) Reserva de reavaliação

Realizada para os bens existentes em 1º de janeiro de 2006 e suportada por laudos de avaliação emitidos por peritos independentes. Os ativos reavaliados são próprios e representados por obras civis, instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros, móveis e utensílios, equipamentos de processamento eletrônico de dados e máquinas e equipamentos, cuja reserva está sendo realizada a crédito de lucros acumulados por depreciação com base na estimativa da vida útil revisada dos bens e/ou por alienação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, correspondentes a essa reavaliação, estão classificados no balanço patrimonial (nota explicativa nº 27).

j) Aquisições de controladas - ágio

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida em uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e pelos passivos incorridos pela empresa na data de aquisição para os antigos controladores da empresa adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida.

Aquisições efetuadas anteriormente à data de transição para as IFRS

Em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil anteriormente à Lei nº 11.638/07, a diferença entre o valor pago e o patrimônio líquido da empresa controlada adquirida é contabilizada como ágio, tendo como fundamento a expectativa de rentabilidade futura do negócio adquirido. Quando a Companhia identifica circunstâncias que indicam que o valor residual do ágio registrado pode não ser recuperado, é constituída uma provisão para refletir o

Notas Explicativas

valor recuperável desses ativos.

No momento em que a Companhia incorporou o seu acionista direto, a ADTSPE Empreendimentos e Participações S.A. (“ADTSPE”), em junho de 2007, o saldo do ágio que estava originalmente registrado na ADTSPE foi baixado por meio de provisão na própria ADTSPE. Ainda de acordo com as regras fiscais vigentes, a dedutibilidade para fins fiscais dessa provisão passou a ocorrer somente após a incorporação da empresa e de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais. Assim, foi registrado ativo referente ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, decorrente do processo de incorporação.

A partir de 1º de janeiro de 2008, os ágios deixaram de ser amortizados para fins contábeis e passaram a ser avaliados por sua perspectiva de realização.

A Companhia adotou a opção oferecida pela IFRS 1 - Primeira Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade e não ajustou o ágio sobre as aquisições de empresas realizadas em exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2008, mantendo essas aquisições pelos seus valores contábeis na data de transição.

k) Outros intangíveis (excluindo ágios)

Referem-se, principalmente, aos direitos de uso de software e marcas e patentes. As amortizações dos direitos de uso de software são calculadas pelo método linear às taxas que consideram o tempo de vida útil estimada. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

l) Redução do valor recuperável do ágio

Com o objetivo de testar as perdas do valor recuperável, a Administração definiu que as unidades geradoras de caixa correspondem a cada segmento de negócio no qual o ágio foi alocado e estas são submetidas a testes de perda do valor recuperável anualmente, ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa ter perdido o seu valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for inferior ao seu valor contábil, a perda do valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade pelo critério “pro rata” com base no valor contábil de cada ativo. No caso de ativos com vida útil definida, uma perda do valor recuperável reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

Na alienação de uma controlada, o valor do ágio atribuível é incluído na determinação do resultado da alienação.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia revisa o valor contábil dos ativos de longa duração com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de longa duração e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo sua possível deterioração, com base nos fluxos futuros de

Notas Explicativas

caixa projetados durante a vida remanescente estimada dos ativos. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (i) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda; e (ii) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso são submetidos ao teste de perda do valor recuperável pelo menos anualmente e sempre que houver uma indicação de que o ativo possa ter perdido valor recuperável.

Caso o valor recuperável de um ativo seja menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda do valor recuperável é revertida em período subsequente, o valor contábil do ativo é aumentado para a estimativa revisada de seu valor recuperável de modo que esse valor não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso não tivesse sido reconhecida nenhuma perda para o ativo em exercícios anteriores. A reversão de uma perda do valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

n) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, os financiamentos e as debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no reconhecimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de variação cambial ou monetária e dos respectivos encargos financeiros incorridos até as datas dos balanços, conforme os termos definidos contratualmente, utilizando o método de juros efetivos. Os custos de transação incorridos na captação desses recursos estão contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido.

o) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos de acordo com os contratos vigentes.

p) Provisões

Reconhecidas apenas quando um evento passado resulta em uma obrigação legal ou implícita, uma saída de recursos é considerada como provável e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O valor reconhecido como provisão corresponde à melhor estimativa do pagamento necessário para liquidar a obrigação presente nas datas de encerramento dos balanços, tendo em consideração os riscos e as incertezas que cercam a obrigação.

q) Adiantamentos de clientes

Referem-se ao valor de recebimento antecipado de serviços provenientes de contratos de patrocínio, locação de suítes e camarotes nas casas de espetáculos, cessão de espaço, e vendas antecipadas de ingressos, que serão apropriados ao resultado à medida que os serviços forem prestados.

Notas Explicativas

r) Reconhecimento de receita

Receitas de serviços: As receitas provenientes da venda de ingressos (bilheteria) são reconhecidas no momento da realização dos eventos.

As receitas de taxas de conveniência e entrega, que têm origem na venda dos ingressos via internet, pelo telefone ou nos pontos de vendas, são registradas quando da efetiva prestação do serviço.

As receitas provenientes de contratos de “naming rights” (nomeação das casas de espetáculos) são reconhecidas no resultado à medida que os serviços são prestados com base na vigência e característica dos contratos.

As receitas provenientes de contratos de patrocínios são reconhecidas quando do cumprimento e/ou da entrega de determinadas obrigações contratuais, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador nas mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.

Receitas de produtos: As vendas de alimentos, bebidas e “merchandising” são reconhecidas quando da transferência dos bens aos clientes.

s) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto, nos casos aplicáveis, na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, os tributos são reconhecidos também diretamente no patrimônio líquido.

Exceto pelas controladas localizadas no exterior, em que são observadas as alíquotas fiscais vigentes em cada um dos países em que se situam, e pela controlada T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda., que apura o imposto de renda e a contribuição social pelo regime de apuração de lucro presumido, o Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Companhia e das demais controladas no Brasil são calculados às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, pelo regime de apuração de lucro real.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária vigente nas datas de encerramento dos balanços, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a legislação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados pelo método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas vigentes nas datas de encerramento dos balanços e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou, se o passivo for liquidado.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de

Notas Explicativas

lucro real futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os montantes de IRPJ e CSLL diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

t) Transações em moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos balanços. Os ganhos e as perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos no resultado a título de variação cambial.

u) Moeda funcional e de apresentação das informações contábeis intermediárias

Os itens incluídos nas informações contábeis intermediárias da controladora e de cada uma das empresas controladas incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”). A moeda funcional da controladora e das controladas localizadas no Brasil é o Real. Para as controladas localizadas no exterior as moedas funcionais são: (i) Argentina: peso argentino; (ii) Chile: peso chileno; e (iii) Estados Unidos: dólar norte-americano. As informações contábeis intermediárias das controladas localizadas no exterior são convertidas para o real, sendo a variação cambial decorrente de tais conversões registrada no patrimônio líquido na rubrica “Resultados abrangentes” e reconhecida no resultado quando da realização desses investimentos. As informações contábeis intermediárias consolidadas são apresentadas em reais.

Os resultados das operações e a posição financeira das controladas (nenhuma das quais situadas em economias hiperinflacionárias) que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação são convertidos para a moeda de apresentação, conforme segue:

- i) Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos balanços;
- ii) As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal;
- iii) Todas as diferenças cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente, na rubrica “Variação cambial na conversão de operações no exterior”.

v) Apresentação de relatórios por segmento

O relatório por segmento é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é representado pela Diretoria da Companhia.

w) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos quando uma empresa do Grupo se

Notas Explicativas

torna parte do contrato que rege o instrumento.

Ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (além de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado) são adicionados ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial. Os custos da operação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Classificação

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados em função da finalidade para a qual os ativos foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias:

- (1) Ativos financeiros mantidos até o vencimento: compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem levados até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.
- (2) Ativos financeiros disponíveis para venda: quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, como títulos e/ou ações cotados ou não em mercados ativos, mas que possam ter os seus valores justos estimados razoavelmente.
- (3) Empréstimos e recebíveis: são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após as datas de encerramento dos balanços, os quais são classificados como ativo não circulante. Em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, compreendem caixa e equivalentes de caixa, (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 8) e partes relacionadas (nota explicativa nº 12).

Mensuração

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação, ou seja, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados na demonstração do resultado. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados na demonstração do resultado nas rubricas “Receitas financeiras” ou “Despesas financeiras”, respectivamente, no período em que ocorrem. Para os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, quando aplicável, essas variações são registradas na rubrica “Resultados abrangentes”, até o momento da respectiva liquidação, quando, por fim, são reclassificadas para o resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos

Notas Explicativas

e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia e suas controladas, resumem-se em compra a termo de moeda (“Non Deliverable Forward - NDF”), que visa exclusivamente proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial mais os fluxos de caixa projetados em moedas estrangeiras.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 28) é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado no encerramento dos balanços, tais como taxa de juros e cupom cambial. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

Embora a Companhia e suas controladas façam uso de derivativos com o objetivo de proteção (“hedge”), elas não adotam a prática contábil de contabilização de instrumentos de proteção (“hedge accounting”). A Companhia não possui saldo de operações com instrumentos derivativos em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como empréstimos, debêntures, fornecedores e outras contas a pagar e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

x) Pagamentos baseados em ações

Avaliado no seu valor justo com base no modelo “Black & Scholes” na data de outorga, individualmente para cada executivo contemplado, desde a data da primeira outorga.

A despesa relativa ao valor justo da contraprestação dos serviços prestados pelos executivos contemplados é reconhecida no resultado em que mais opções se tornam “vested”, ou seja, no período de competência da contraprestação dos serviços (nota explicativa nº 31).

y) Arrendamentos mercantis

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa linearmente pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

z) Apresentação do lucro por ação

Conforme a IAS 33 e o CPC 41 – Resultado por Ação, o lucro por ação deve ser apresentado como básico e diluído (nota explicativa nº 34).

Notas Explicativas

aa) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e por suas controladas e sua distribuição durante determinado período, sendo apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte das informações contábeis intermediárias individuais e como informação suplementar às informações contábeis intermediárias consolidadas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base nos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, abrangendo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte dessa demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

bb) Novas normas, alterações e interpretações de normas.

Até 31 de março de 2013, algumas novas normas emitidas pelo IASB entraram em vigor, assim como outras normas emitidas entrarão em vigor nos exercícios de 2013 e de 2014. A Administração da Companhia avaliou essas novas normas e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

As normas e suas respectivas alterações existentes foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de janeiro de 2013 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

O CPC ainda não havia editado determinados pronunciamentos que estavam ou estariam em vigor em ou após 31 de março de 2013. Entretanto, em decorrência do compromisso do CPC em manter atualizado o conjunto de normas emitidas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e/ou alterações emitidos pelo IASB sejam aprovados para sua aplicação obrigatória.

4. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e as premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis às circunstâncias. A Companhia adota premissas e faz estimativas com relação ao futuro, a fim de proporcionar um entendimento de como a mesma forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, que requerem o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões relativamente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos; os resultados reais raramente serão exatamente iguais aos estimados.

Notas Explicativas

Para aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração da Companhia e de suas controladas adotou as seguintes premissas que podem afetar as demonstrações contábeis intermediárias:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo de contabilização de imposto de renda e contribuição social é usado para imposto de renda diferido gerado por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data de encerramento dos balanços e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar o ativo fiscal.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente ao Conselho de Administração. Esses estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia avalia os instrumentos financeiros derivativos pelo seu valor justo nas datas de encerramento dos balanços, sendo a principal evidência do valor justo a consideração das cotações obtidas dos participantes do mercado. Contudo, a intensa volatilidade dos mercados de câmbio e de juros podem gerar mudanças significativas nas taxas futuras e nas taxas de juros sobre períodos muito curtos de tempo, resultando em eventuais variações significativas no valor de mercado dos “swaps” e outros instrumentos financeiros em um curto período de tempo. O valor de mercado reconhecido nas informações contábeis intermediárias pode não necessariamente representar o montante de caixa que a Companhia receberia ou pagaria, conforme apropriado, se liquidasse as transações nas datas de encerramento dos balanços.

c) Teste de redução do valor recuperável de ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de longa duração, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Anualmente, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de longa duração não será recuperável. Nenhuma evidência foi identificada que justificasse a contabilização de provisão.

d) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 20). Provisões são constituídas para todos os riscos que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos

Notas Explicativas

assessores jurídicos. A Administração acredita que essas provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias.

e) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre as contas a receber é estimada com base no histórico de perdas e considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis.

f) Reconhecimento de receita

Certos contratos de patrocínio preveem a entrega de serviços e/ou direitos contratuais, que são prestados em diferentes momentos durante a vigência dos contratos, os quais requerem que a Administração faça o julgamento com relação à parcela de receita relativa a cada componente do contrato e seu adequado reconhecimento.

g) Ajuste a valor presente

A Companhia avaliou seus ativos e passivos monetários de curto e longo prazo sujeitos à avaliação a valor presente e concluiu que não é aplicável.

5. CONSOLIDAÇÃO

Na elaboração das informações contábeis intermediárias consolidadas, foram utilizadas demonstrações de todas as investidas encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis (nota explicativa nº 3). Foram eliminados os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas, os saldos ativos e passivos e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas e nas controladas, quando aplicável, destacadas as participações dos acionistas não controladores.

A consolidação abrange as informações contábeis intermediárias da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

<u>Controladas diretas</u>	<u>Participação - %</u>		<u>Controladas indiretas</u>	<u>Participação - %</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>		<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	99,99	99,99	Pop Art S.A.	100,00	100,00
Metropolitan Empreendimentos S.A.	99,99	99,99	Ticketmaster Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	99,99	99,99	Ticketek Argentina S.A.	100,00	100,00
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A.	100,00	100,00	Clemente Lococo S.A.	100,00	100,00
T4F USA Inc.	100,00	100,00	T4F Chile S.A.	100,00	100,00
Ticket Co. SpA	100,00	100,00	Ticketmaster Chile S.A.	100,00	100,00
Vicar Promoções Desportivas S.A.	75,00	75,00	Promaser S.A.	100,00	100,00
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	69,48	69,48	T4F Entretenimientos Argentina S.A.	100,00	100,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 e a receita líquida dos períodos findos em 31 de março de 2013 e de 2012:

Notas ExplicativasSaldos de balanço e resultado em 31 de março de 2013:

<u>Controladas:</u>	<u>Total do Ativo</u>	<u>Total do Passivo</u>	<u>Receita Líquida</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	1.934	140	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	22.610	2.542	1.430
Metropolitan Empreendimentos S.A.	13.780	6.074	1.479
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	14.217	2.253	2.020
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	101.496	57.869	10.849
T4F USA Inc.	1.365	1	-
Ticket Co. SpA	60.990	3.779	621
Vicar Promoções Desportivas S.A.	27.103	6.892	4.584

Saldos de balanço em 31 de dezembro de 2012 e saldos do resultado em 31 de março de 2012:

<u>Controladas:</u>	<u>Total do Ativo</u>	<u>Total do Passivo</u>	<u>Receita Líquida</u>
Área Marketing Brasil Ltda.	624	45	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	24.751	3.156	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	12.953	3.670	1.538
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	13.201	1.735	4.536
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. e controladas indiretas	151.369	62.285	11.800
T4F USA Inc.	1.420	-	-
Ticket Co. SpA	60.307	3.899	236
Vicar Promoções Desportivas S.A.	26.764	6.572	4.706

As controladas da Companhia têm os seguintes objetos sociais:

- Área Marketing Brasil Ltda. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a importação e o comércio de material promocional, marketing e a organização e realização de eventos desportivos, artísticos e culturais.
- Metropolitan Empreendimentos S.A. (controlada integral – 99,99%) - tem como objetivo a promoção, a organização e a execução de eventos artísticos e culturais, shows e espetáculos em geral.
- T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda. (controlada integral - 99,99%) - tem como objetivo a comercialização de ingressos para shows e espetáculos artísticos; o comércio de produtos alimentícios, bebidas em geral e mercadorias; a prestação de serviços de informatização de bilheterias; e a execução de serviços de produção, distribuição, comercialização e/ou intermediação de ingressos para quaisquer tipos de eventos esportivos, culturais ou de entretenimento em geral.
- T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (controladas integrais - 100%) - localizadas na Argentina, são “holdings” cujo objeto social é o investimento em companhias constituídas ou a serem constituídas, na Argentina ou no exterior. A T4F Inversiones S.A. atualmente detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Entretenimientos Argentina S.A. (95%), Ticketmaster Argentina S.A. (95%), Ticketek

Notas Explicativas

Argentina S.A. (5%), Clemente Lococo S.A. (95%), Pop Art S.A. (100%), T4F Chile S.A. (99,31%), Ticketmaster Chile S.A. (99,35%) e B.A. Inversiones S.A. (5%). Por sua vez, a B.A. Inversiones S.A. detém participação, direta ou indireta, nas seguintes companhias: T4F Inversiones S.A. (41,07%), T4F Entretenimientos Argentina S.A. (5%), Clemente Lococo S.A. (5%), Ticketek Argentina S.A. (95%) e Ticketmaster Argentina S.A. (5%).

- T4F USA Inc. (controlada integral - 100%) - localizada nos Estados Unidos, tem por objeto a intermediação de shows internacionais.
- Ticket Co. SpA (controlada integral - 100%) - localizada no Chile, tem como objetivo principal a venda e comercialização de ingressos na área de eventos esportivos e entretenimento.
- Vicar Promoções Desportivas S.A. (controlada - 75%) - tem como objetivo principal a prestação de serviços de divulgação, promoção e organização na área de eventos esportivos.
- Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (controlada - 69,48%) - tem como principal objetivo a comercialização, locação de equipamentos e acessórios para eventos.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Caixa e bancos	2.775	4.219	7.580	10.974
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento multimercado (a)	-	-	4.851	-
Certificado de Depósito Bancário - CDB/Certificado de Depósito Interbancário - CDI (b)	1.619	9.223	11.500	20.002
Operação compromissada - DI (b)	89.751	107.813	106.013	118.064
Money Market (c)	-	-	525	531
Total	<u>94.145</u>	<u>121.255</u>	<u>130.469</u>	<u>149.571</u>

- Aplicações em títulos de renda fixa nas controladas da Argentina e do Chile, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.
- CDB e depósitos a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxas de 98,02% a 100,7% da variação do CDI (97,4% a 101% em 31 de dezembro de 2012), mantidos em instituições financeiras no Brasil. Os CDB são classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, por serem ativos financeiros com possibilidade de resgate imediato, sem penalidade quanto aos valores resgatáveis.
- Aplicação no exterior de liquidez imediata em Money Market, com rendimento de 0,60% ao ano, sem prejuízo no resgate. Em 31 de março de 2013, o saldo é de US\$260 mil.

Notas Explicativas

7. CAIXA RESTRITO

Refere-se aos recursos para aplicação em projetos culturais explorados pela Companhia, vinculados exclusivamente para uso nos projetos da Lei Federal de Incentivo à Cultura - Lei Rouanet (nota explicativa nº 19). O valor total restrito em caixa na controladora e no consolidado é de R\$9.427 (R\$13.715 em 31 de dezembro de 2012). Em 31 de março de 2013, estavam aplicados R\$6.089 em CDB/CDI a prazo fixo com liquidez imediata, remunerados por taxa média de 91,5% da variação do CDI. O valor remanescente era mantido em conta corrente.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) São compostas por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Clientes faturados (i)	14.208	25.423	32.894	53.510
Bilheteria (ii)	23.253	8.110	30.066	20.345
Patrocínios, suítes e camarotes a faturar (iii)	13.134	19.833	28.478	34.859
Total das contas a receber	50.595	53.366	91.438	108.714
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(41)	(39)	(1.708)	(1.151)
Total	50.554	53.327	89.730	107.563

(i) Valores faturados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

(ii) Venda de ingressos efetuada por meio de cartão de crédito e débito a receber das administradoras.

(iii) Valores a faturar decorrentes dos serviços prestados relacionados a contratos de patrocínios, suítes e camarotes e “naming rights”.

b) A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
A vencer:	44.793	52.126	59.239	87.499
Vencidas:				
Até 30 dias	4.410	853	12.970	7.240
De 31 a 60 dias	1.004	-	8.479	9.233
De 61 a 90 dias	331	334	1.668	1.581
De 91 a 180 dias	4	-	5.322	1.281
Há mais de 180 dias	53	53	3.760	1.880
Total das contas a receber	50.595	53.366	91.438	108.714

Notas Explicativas

- c) Provisão para redução das contas a receber de clientes ao valor recuperável.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	39	1.151
(+) Adições	6	621
(-) Reversões e baixas	(4)	(64)
Saldo em 31 de março de 2013	<u>41</u>	<u>1.708</u>

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
IRPJ/CSLL - antecipações	1.177	1.177	8.550	8.150
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	3.211	2.330	5.972	4.799
Programa de Integração Social - PIS	-	-	52	52
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	242	240
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	-	-	2.788	2.556
Imposto sobre faturamento (i)	-	-	3.633	3.895
ICMS	594	-	-	-
Outros	297	262	763	820
Total	<u>4.685</u>	<u>3.769</u>	<u>22.000</u>	<u>20.512</u>

- (i) Imposto sobre receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, retido pelas administradoras de cartão de crédito quando do pagamento às controladas na Argentina das vendas de ingressos através desse meio de pagamento. A compensação ocorre à medida que o fato gerador do imposto acontece. Como os ingressos são vendidos com relativa antecedência à data de realização dos espetáculos, o imposto é retido antes que a obrigação do recolhimento exista de fato e, portanto, o direito à compensação está assim registrado.

10. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Eventos, shows e espetáculos contratados (i)	19.603	1.373	24.805	7.691
Outros	373	252	2.155	1.145
Total	<u>19.976</u>	<u>1.625</u>	<u>26.960</u>	<u>8.836</u>

- (i) Referem-se a adiantamentos efetuados a fornecedores de eventos, shows e espetáculos, ainda não faturados pelos respectivos fornecedores, cujo reconhecimento no resultado ocorrerá à medida que forem realizados os respectivos eventos.

Notas Explicativas

11. CUSTOS ANTECIPADOS

Referem-se principalmente a valores desembolsados antecipadamente e já faturados pelos fornecedores para a realização de eventos, shows e espetáculos, e substancialmente representados por cachês dos artistas e itens de produção, sendo apropriados ao resultado à medida de sua realização.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Eventos, shows e espetáculos contratados	15.678	5.419	22.146	24.996
Outros	566	527	2.504	2.089
Total	16.244	5.946	24.650	27.085
Circulante	13.047	5.753	21.453	23.560
Não circulante	3.197	193	3.197	3.525

12. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, a Companhia manteve transações com partes relacionadas conforme detalhado a seguir:

12.1. Transações com empresas do Grupo em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012

Controladora:

Categoria		31/03/13			31/12/12		
		Ativo não circulante	Passivo circulante	Receita (Despesa) financeira	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receita (Despesa) financeira
Área Marketing Brasil Ltda.	Controlada	1.235	165	-	-	-	-
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	Controlada	31	1.103	-	692	1.511	-
B.A. Inversiones S.A.	Controlada	392	-	(23)	415	-	(26)
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	5.055	-	93	4.920	-	940
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	69	-	1	60	-	-
Metropolitan Empreendimentos S.A.	Controlada	342	572	-	342	571	-
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	727	-	13	727	-	207
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	Controlada	-	1.268	-	-	1.327	-
T4F Chile S.A. (iii)	Controlada indireta	561	10.806	494	568	11.384	(1.533)
T4F Entretenimientos Argentina S.A. (i)	Controlada indireta	2.861	1.164	13	3.396	1.181	(116)
T4F Inversiones S.A. (i)	Controlada	12.265	-	7	12.446	-	(190)
T4F USA Inc.	Controlada	-	291	4	-	295	(67)
Vicar Promoções Desportivas S.A.	Controlada	109	9	-	170	10	-
Total		23.647	15.378	602	23.736	16.279	(785)

Notas Explicativas

Consolidado:

Categoria	31/03/13			31/12/12			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receita financeira	Ativo não circulante	Passivo circulante	Receita financeira	
CIE Internacional S.A. de C.V. (ii)	Acionista	8.229	-	156	8.093	-	1.181
F.A. Comércio e Participações S.A.	Acionista	116	-	2	106	-	3
Ocesa Entretenimiento, S.A. de C.V.	Acionista	726	-	13	727	-	207
Total		9.071	-	172	8.926	-	1.391

- (i) No ativo são representados principalmente pelos valores a receber dos contratos de mútuo assinados em julho de 2009, entre a Companhia e as controladas T4F Entretenimientos Argentina S.A., e T4F Inversiones S.A., nos montantes de AR\$5.206 mil e AR\$25.654 mil, respectivamente, ambos em decorrência de deliberação pela Assembleia Geral Extraordinária de que os “aportes irrevocables” de titularidade da controladora, não seriam integralizados ao capital social das referidas controladas. Os montantes são atualizados anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1%, os quais serão pagos à controladora em até cinco anos. No entanto, tendo em vista que atualmente as controladas possuem algumas restrições de remessas de recursos para o exterior, como decorrência das medidas econômicas momentâneas adotadas pelo governo da Argentina, tais contratos estão sendo tratados como parte do investimento líquido nessas controladas de modo que a respectiva variação cambial está contabilizada no Patrimônio Líquido na rubrica “Resultados abrangentes”. No passivo, são representados por valores a pagar referentes a serviços de produção.
- (ii) A Companhia e suas controladas mantêm, com seu ex-acionista controlador CIE Internacional S.A. de C.V. e com o atual acionista controlador, contratos em que estes se responsabilizam por contingências de qualquer natureza, relativas a fatos ocorridos entre 1º de dezembro de 2000 e 14 de maio de 2007. Desta forma, quando eventuais pagamentos de processos deste período ocorrem, tais valores são acrescidos a estes saldos e esses são atualizados pela variação do CDI mais sobretaxa de juros, equivalentes àquelas observadas nas debêntures.
- (iii) Em 14 de dezembro de 2009, a Companhia contraiu empréstimo, na forma de contrato de mútuo, com a controlada T4F Chile S.A., no montante de US\$8.000 mil, parcialmente amortizado em maio de 2012. O empréstimo é atualizado anualmente pela taxa LIBOR e por juros de 1% com o prazo de até cinco anos para liquidação.

Os demais saldos referem-se a transferências mútuas entre as partes relacionadas para pagamento de despesas não sujeitas a encargos financeiros nem prazo determinado de vencimento.

Em 31 de março de 2013, há apenas uma carta de fiança em aberto (“Standby letter”) para garantir operação na Argentina no valor de US\$ 3.000 mil (R\$6.170), com vencimento em 26 de junho de 2013.

Notas Explicativas

12.2. Remuneração dos administradores

A remuneração total dos administradores da Companhia está assim composta:

Controladora	31/03/13			31/03/12		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	55	-	55	62	-	62
Conselho Fiscal	57	-	57	-	-	-
Diretores estatutários	929	-	929	1.155	-	1.155
Total	1.041	-	1.041	1.217	-	1.217

Consolidado	31/03/13			31/03/12		
	Fixa	Variável	Total	Fixa	Variável	Total
Conselho de Administração	55	-	55	62	-	62
Conselho Fiscal	57	-	57	-	-	-
Diretores estatutários	1.207	-	1.207	1.257	3	1.260
Total	1.319	-	1.319	1.319	3	1.322

Os administradores não recebem: (i) benefícios pós-emprego; (ii) outros benefícios de longo prazo; e (iii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

O limite da remuneração global dos administradores na controladora para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2013 foi fixado em R\$9.644.

13. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

a) Informações das controladas

a.1) 31 de março de 2013

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Participação - %	Equivalência patrimonial 31/03/13	Investimentos em controladas 31/03/13
Área Marketing Brasil Ltda.	560	(19)	99,99	(19)	560
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	20.037	(866)	69,48	(601)	13.922
Metropolitan Empreendimentos S.A.	7.374	(1.571)	99,99	(1.571)	7.373
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	10.322	500	99,99	500	10.322
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	30.450	(11.993)	100,00	(11.993)	30.450
T4F USA Inc.	1.358	(35)	100,00	(35)	1.358
Ticket Co. SpA.	2.650	(152)	100,00	(152)	2.650
Vicar Promoções Desportivas S.A.	17.852	-	75,00	-	13.390
Total				(13.871)	80.025

Notas Explicativas

a.2) 31 de dezembro de 2012

Controladas diretas ou indiretas	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Participação - %	Investimentos em controladas em 2012
Área Marketing Brasil Ltda.	579	(545)	99,99	579
Aurolights Equip. e Prod. de Eventos S.A.	20.903	(1.100)	69,48	14.523
Metropolitan Empreendimentos S.A.	8.945	(182)	99,99	8.944
T4F Alimentos, Bebidas e Ingressos Ltda.	9.823	6.588	99,99	9.823
T4F Inversiones S.A. e B.A Inversiones S.A.	42.663	(17.358)	100,00	42.663
T4F USA Inc.	1.413	(721)	100,00	1.413
Ticket Co. SpA.	2.885	2.842	100,00	2.885
Vicar Promoções Desportivas S.A.	17.852	8.457	75,00	13.389
Total				<u>94.219</u>

a.3) Movimentação da rubrica “Investimentos em controladas” em 31 de março de 2013 e de 2012

	Controladora 31/03/13	Controladora 31/03/12
Saldo inicial do investimento líquido	94.219	77.076
Equivalência patrimonial	(13.871)	(3.080)
Aquisição de controle da Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A.	-	272
Variação cambial na conversão de operações no exterior	(323)	15.288
Saldo final do investimento líquido	<u>80.025</u>	<u>89.556</u>

b) Ágio na aquisição de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Vicar Promoções Desportivas S.A. (i)	9.244	9.244	9.244	9.244
Metropolitan Empreendimentos S.A. (ii)	36.269	36.269	36.269	36.269
T4F Entretenimento S.A. (iii)	213.625	213.625	213.625	213.625
Provisão para baixa do saldo do ágio, em atendimento às Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99	(213.625)	(213.625)	(213.625)	(213.625)
T4F Inversiones S.A. e B.A. Inversiones S.A. (iv)	83.204	83.204	83.204	83.204
Aurolights Equipamentos e Produção de Eventos S.A. (v)	2.012	2.012	1.771	1.771
Empresas adquiridas na Argentina:				
Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A. (vi)	-	-	5.961	6.305
Total	<u>130.729</u>	<u>130.729</u>	<u>136.449</u>	<u>136.793</u>

Notas Explicativas

- (i) Ágio originado na aquisição de participação societária da Controladora na Vicar, o qual está devidamente fundamentado economicamente por rentabilidade futura.
- (ii) Em maio de 2007, em conexão com o processo de reorganização societária, a ADTSPE, incorporada pela Companhia em 30 de junho de 2007, adquiriu 85% do capital social da Metropolitan Empreendimentos S.A., que gerou um ágio ajustado de R\$40.298, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que justificaram sua origem.
- (iii) Como parte da reestruturação societária ocorrida em maio de 2007, a Companhia incorporou em 30 de junho de 2007 sua controladora direta ADTSPE, com o objetivo de alinhar os interesses societários dos acionistas, reduzir custos administrativos e maximizar a eficiência do fluxo de informações e de gestão.

Entretanto, a ADTSPE, quando da aquisição da participação societária na Companhia, apurou ágio no montante de R\$237.361, suportado por rentabilidade futura. Em decorrência do processo de incorporação, o saldo do ágio que estava registrado na ADTSPE, no montante de R\$237.361, teve seu valor líquido reduzido à zero por meio de provisão na própria ADTSPE, antes do processo de incorporação. Após a amortização do ágio e reversão do imposto diferido ocorrido até 31 de dezembro de 2007, os saldos do ágio e da provisão para baixa do ágio é de R\$213.625. Como esse ágio, após o processo de incorporação, para fins fiscais será amortizado de acordo com a expectativa de geração de resultados operacionais, foram registrados na própria ADTSPE o correspondente imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos, no montante de R\$80.705, que foram transferidos para a Companhia por ocasião da incorporação. Referido crédito fiscal, líquido das parcelas realizadas, está registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”, no ativo não circulante.

- (iv) A operação de integralização de capital mediante conferência de participações societárias nas empresas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A., realizadas em 2007, gerou referido ágio, mantido nos livros contábeis pelo seu valor integral, permanecendo válidos todos os fundamentos econômicos que deram sua origem.
- (v) Ágio registrado na operação de aquisição de participação societária na Aurolights. O ágio inicialmente registrado no montante de R\$2.012, foi objeto de análise por peritos especializados quanto a alocação de preço de compra. Como resultado desta alocação, foi identificado que o montante de R\$241 se refere à marca registrada no intangível, e o valor remanescente de R\$ 1.771 está devidamente fundamentado como rentabilidade futura.
- (vi) As controladas B.A. Inversiones S.A. e T4F Inversiones S.A. adquiriram a totalidade das ações das empresas Pop Art S.A., Ticketek Argentina S.A. e Clemente Lococo S.A., operações que geraram referido ágio.

Em 31 de dezembro de 2012, os ágios foram submetidos ao teste de “impairment”; o valor recuperável das unidades geradoras de caixa do Grupo T4F foi apurado com base no valor em uso, utilizando o fluxo de caixa com base nas projeções financeiras aprovadas pela Administração para o próximo quinquênio.

Notas Explicativas**14. IMOBILIZADO E OUTROS INTANGÍVEIS****a) Composição do imobilizado**

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
		Custo reavaliado:			
Terrenos	-	-	-	420	444
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	73.890	73.784	98.083	98.377
Móveis e utensílios	6	5.025	4.714	9.888	9.617
Máquinas e equipamentos	7	11.308	10.779	30.453	29.225
Equipamentos de processamento de dados	17	6.929	6.618	11.103	11.137
Estruturas	10	475	324	11.025	10.814
Veículos	20	661	661	5.445	5.442
Adiantamento de imobilizado	-	165	165	172	172
Total		98.453	97.045	166.589	165.228

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
		Depreciação acumulada:			
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	(72.315)	(72.198)	(89.978)	(89.982)
Móveis e utensílios	6	(2.483)	(2.398)	(5.562)	(5.444)
Máquinas e equipamentos	7	(5.201)	(5.057)	(11.112)	(10.131)
Equipamentos de processamento de dados	17	(4.532)	(4.341)	(8.116)	(8.123)
Estruturas	10	(2)	-	(1.451)	(1.107)
Veículos	20	(439)	(423)	(1.877)	(1.611)
Total		(84.972)	(84.417)	(118.096)	(116.398)

	Taxa média anual de depreciação e amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
		Imobilizado líquido:			
Terrenos	-	-	-	420	444
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	13	1.575	1.586	8.105	8.395
Móveis e utensílios	6	2.542	2.316	4.326	4.173
Máquinas e equipamentos	7	6.107	5.722	19.341	19.094
Equipamentos de processamento de dados	17	2.397	2.277	2.987	3.014
Estruturas	10	473	324	9.574	9.707
Veículos	20	222	238	3.568	3.831
Adiantamento de imobilizado	-	165	165	172	172
Total		13.481	12.628	48.493	48.830

Notas Explicativas

Em 1º de janeiro de 2006, foi contabilizada a reavaliação no montante de R\$31.265, e os ativos reavaliados (obras civis em propriedades de terceiros, instalações, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e equipamentos de processamento de dados) passaram a ser depreciados linearmente de acordo com sua nova vida útil, exceção feita a obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros, que são depreciados de acordo com os prazos contratuais de locação dos imóveis.

b) Composição de outros intangíveis

Representa substancialmente as licenças de uso de software, conforme segue:

	Taxa média anual de amortização - %	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Custo	-	5.814	5.762	12.714	12.972
Amortização	20	(3.510)	(3.369)	(8.827)	(8.966)
Total		2.304	2.393	3.887	4.006

c) Composição do imobilizado reavaliado

31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Controladora:

	31/03/13		31/12/12	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	763	(329)	434	443
Máquinas e equipamentos	2.273	(656)	1.617	1.641
Equipamentos de processamento de dados	274	(178)	96	99
	<u>28.644</u>	<u>(26.497)</u>	2.147	2.183
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(730)	(742)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no período			<u>1.417</u>	<u>1.441</u>

Notas ExplicativasConsolidado:

	31/03/13		31/12/12	
	Reavaliação	Depreciação acumulada da reavaliação	Valor residual da reavaliação	Valor residual da reavaliação
Obras civis em propriedades de terceiros	25.334	(25.334)	-	-
Móveis e utensílios	1.341	(719)	622	639
Máquinas e equipamentos	4.064	(1.708)	2.356	2.394
Equipamentos de processamento de dados	364	(260)	104	112
	<u>31.103</u>	<u>(28.021)</u>	3.082	3.145
Efeitos tributários (34% - IRPJ e CSLL)			(1.048)	(1.069)
Eliminações do consolidado (i)			(617)	(635)
Reserva de reavaliação registrada no patrimônio líquido no período			<u>1.417</u>	<u>1.441</u>

(i) Reserva de reavaliação reflexa na controlada Metropolitan Empreendimentos S.A.

d) Mutações do imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Saldo inicial	12.628	23.939	48.830	39.590
Adições:				
Obras civis, instalações e benfeitorias em propriedades de terceiros	107	777	217	1.347
Móveis e utensílios	314	232	337	1.026
Máquinas e equipamentos	534	951	1.265	14.492
Equipamentos de processamento de dados	357	1.265	400	1.629
Estruturas	151	1.073	212	11.520
Veículos	-	73	-	1.407
Adiantamento de imobilizado	-	14	-	15
Total de adições	<u>1.463</u>	<u>4.385</u>	<u>2.431</u>	<u>31.436</u>
Baixas líquidas	(5)	(13.169)	(272)	(13.206)
Depreciação	(604)	(2.527)	(2.382)	(8.782)
Efeitos de variação cambial	-	-	(114)	(208)
(-) Correção monetária no Chile	-	-	-	(320)
	<u>(610)</u>	<u>(15.696)</u>	<u>(2.768)</u>	<u>(22.196)</u>
Saldo final	<u>13.481</u>	<u>12.628</u>	<u>48.493</u>	<u>48.830</u>

A Companhia e a controlada Metropolitan Empreendimentos S.A. ofereceram como garantia equipamentos de processamento de dados, máquinas e equipamentos e móveis e utensílios no montante de R\$802, em decorrência de execuções fiscais e reclamações trabalhistas e de consumidores.

Notas Explicativas

A Companhia avaliou e concluiu que não possui imobilizado em construção/andamento que justifique a capitalização de encargos financeiros no custo do bem. Determinados itens do ativo imobilizado da Companhia são utilizados conforme a demanda dos espetáculos/eventos, podendo estar ociosos temporariamente, mas não estão obsoletos ou fora de uso. Em 31 de março de 2013, há aproximadamente R\$1.300, ainda em uso, totalmente depreciados.

Em função da reavaliação efetuada no exercício de 2007, a Companhia considera que o valor dos seus ativos aproximam-se dos valores justos.

e) Mutação do intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Saldo inicial	2.393	2.050	4.006	3.353
Adições:				
Software	53	893	146	1.578
Marcas e patentes	-	-	-	241
Amortização (*)	(142)	(548)	(211)	(1.090)
Baixas líquidas	-	(2)	(54)	(76)
Saldo final	<u>2.304</u>	<u>2.393</u>	<u>3.887</u>	<u>4.006</u>

(*) A amortização é contabilizada como custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos (nota explicativa nº 23.b).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Fornecedores nacionais	21.372	21.927	49.871	58.967
Fornecedores estrangeiros	478	165	1.380	1.288
Total	<u>21.850</u>	<u>22.092</u>	<u>51.251</u>	<u>60.255</u>

Notas Explicativas**16. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES**Consolidado

Modalidade	Taxa média anual de juros - % a.a.	Controladora		Consolidado	
		31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Debêntures (a)	CDI + 1,47% a 2,09%	75.105	95.925	75.105	95.925
Empréstimo (b)	Pesos argentinos + 16,90% e 24%	-	-	22.371	14.425
Total		<u>75.105</u>	<u>95.925</u>	<u>97.476</u>	<u>110.350</u>
Parcela do passivo circulante		37.605	39.675	59.976	54.100
Parcela do passivo não circulante		37.500	56.250	37.500	56.250

a) Debêntures

A Companhia celebrou, em 31 de março de 2010 o Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações; foram emitidas 150 debêntures, série única, no valor total da emissão de R\$150.000, conforme autorizado em Assembleia Geral Extraordinária de 16 de março de 2010.

A emissão foi realizada nos termos da Instrução CVM nº 476, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

a.1) Em 31 de março de 2013, a Companhia está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas na escritura de emissão das debêntures e descritas a seguir:

- i) Apresentação de proposta ou instauração de recuperação judicial ou extrajudicial.
- ii) Descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária.
- iii) Descumprimento da obrigação prevista na Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito de Cartões ou qualquer outro contrato de garantia que venha a ser firmado.
- iv) Vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer outras obrigações financeiras, de forma agregada ou individual, contraídas pela Companhia, no mercado local ou internacional, em um valor igual ou superior a R\$15.000.
- v) Alteração no controle acionário direto ou indireto da Companhia sem que tenha sido previamente aprovada pelos debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim.
- vi) Cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia que possam, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento das obrigações decorrentes da escritura das debêntures.
- vii) Transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações, e alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Companhia.

Notas Explicativas

- viii) Realização de qualquer pagamento de dividendos, caso a Companhia esteja em mora com as obrigações objeto dessa escritura de emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- ix) Redução de capital social da Companhia em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Companhia, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados.
- x) Outros eventos detalhados na escritura de emissão das debêntures.

Não há cláusulas para repactuação das debêntures.

a.2) As debêntures são garantidas por:

- i) Alienação fiduciária, sob condição suspensiva, das ações representativas de 100% do capital social da Companhia.
- ii) Cessão fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade dos recebíveis dos cartões de crédito, compras e/ou débito.

As parcelas de longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Controladora e Consolidado</u>
2014	18.750
2015	<u>18.750</u>
Total	<u><u>37.500</u></u>

b) Empréstimos e financiamentos

As controladas argentinas adquiriram linha de crédito para reforço do capital de giro e cumprimento de obrigações financeiras relacionadas a shows de grandes artistas internacionais.

A modalidade de conta garantida tem exigibilidade de curto prazo, com liquidação através de compensação de saldo em conta corrente, com vencimento rotativo de 31 dias e renovação automática. Em 31 de março de 2013, a controlada adquirente, T4F Entretenimientos Argentina S.A., está em conformidade com todas as cláusulas restritivas previstas e descritas a seguir:

- i) Modificações na situação patrimonial do prestador da garantia, fiador ou avalista conforme o caso;
- ii) Falha ou inexatidão de qualquer das declarações e garantias formuladas no requerimento da linha de crédito;

Notas Explicativas

- iii) Caso a adquirente do empréstimo entre em concordata ou falir, ou estes requerimentos forem pedidos por terceiros;
- iv) Caso a adquirente do empréstimo proponha um acordo preventivo extrajudicial com seus credores ou incorrer no não pagamento dos mesmos;
- v) Não cumprimento de qualquer outra obrigação que a adquirente tenha contraído com o banco ou com qualquer outro credor, seja este financeiro ou não;
- vi) Se a adquirente se negar a facilitar as verificações ou reemitir as informações que conforme mencionado em contrato é obrigada a apresentar ao Banco ou ao Banco Central da Republica Argentina.
- vii) Falta de pagamento dos juros e do principal em seu vencimento;
- viii) Caso seja ordenado algum embargo, restrição ou outra medida cautelar sobre os bens da adquirente;
- ix) Seja identificado qualquer outra circunstancia que a critério do banco afete a solvência da adquirente (incluindo, mas não se limitando a liberação de cheques sem fundos suficientes da adquirente; sua suspensão ou inabilitação para operar pagamentos; o protesto de documentos garantidos e endossados entregues pela adquirente; o fechamento de suas contas correntes).
- x) A adquirente se obriga a comunicar previamente ao Banco qualquer processo de reorganização societária, modificação de seu objeto social, mudança de controle direto ou indireto que a mesma esteja envolvida.

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
COFINS a recolher	670	3.377	1.034	4.272
PIS a recolher	141	732	222	930
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.378	4.417	4.778	4.980
IRPJ e CSLL a recolher	-	-	4.883	6.584
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	524	569	524	569
Imposto sobre faturamento (c)	-	-	36	1.031
IVA	-	-	-	23
Outros	482	624	1.107	1.059
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	762	798
Passivo circulante	<u>6.195</u>	<u>9.719</u>	<u>13.346</u>	<u>20.246</u>
Programa de Recuperação Fiscal - Refis (a) (b)	5.193	5.356	5.193	5.356
Parcelamento de impostos de controladas no exterior (d)	-	-	1.144	1.407
Passivo não circulante	<u>5.193</u>	<u>5.356</u>	<u>6.337</u>	<u>6.763</u>

Notas Explicativas

- (a) Em 27 de maio de 2009, o Governo Federal publicou a Lei nº 11.941, a qual, entre outras alterações na legislação tributária, trouxe um novo parcelamento de débitos tributários administrados pela Receita Federal do Brasil, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e de débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN. A Companhia aderiu a referidos parcelamentos tendo em vista a existência de determinados débitos que, até então, vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial. O saldo objeto do parcelamento, de R\$5.599, foi parcelado em 120 meses com início em junho de 2011. Em 31 de março de 2013, o saldo remanescente era de R\$4.402.
- (b) Em 8 de julho de 2011, a Prefeitura do Município de São Paulo publicou a Lei nº 15.406, a qual, entre outras alterações, trouxe a reabertura do prazo para o ingresso no Programa de Parcelamento Incentivado (PPI), instituído pela Lei nº 14.129, de 2006, nos termos que especifica um parcelamento de débitos tributários.

Conforme regras definidas, para o cumprimento da primeira etapa dos parcelamentos, a Companhia, fez requerimento de adesão ao citado parcelamento em agosto de 2011 para certos débitos que até então vinha discutindo em esfera administrativa e/ou judicial e cuja probabilidade de perda era considerada como possível. A consolidação destes parcelamentos foi concretizada em 30 de agosto de 2011 sendo que, nesta data, a Companhia desistiu definitivamente das discussões cujos tributos foram objeto de pleito de parcelamento, negociado para pagamento em 120 meses. Em 31 de março de 2013, os referidos débitos tributários inscritos no parcelamento totalizam R\$1.315.

- (c) Imposto sobre a receita bruta, cuja alíquota varia entre 3% e 4%, incidente nas controladas da Argentina.
- (d) Em 31 de março de 2013, a controlada no exterior T4F Entretenimento Argentina S.A é participante de programas de negociação de impostos junto as autoridades fiscais locais argentinas para parcelamento de débitos tributários oriundos de: (i) impostos sobre o faturamento (duas adesões de parcelamento, feitas em 3 de novembro de 2009 e 25 de fevereiro de 2010, com período total negociado de 60 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 20 e 26 meses respectivamente) e; (ii) imposto sobre a circulação de mercadorias e imposto sobre a renda (adesão feita em 31 de agosto de 2009, com período total negociado de 120 meses, com saldo remanescente a ser liquidado em 77 meses).

18. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Contratos de “naming rights” (a)	-	1.080	3.523	1.790
Patrocínios, suítes e camarotes (b.1)	24.718	16.364	27.804	18.771
Eventos privados (b.2)	-	1.270	-	1.576
Vendas antecipadas de ingressos (c)	25.269	4.819	25.374	6.603
Intermediação de shows	262	-	262	-
Passivo circulante	50.249	23.533	56.963	28.740

Notas Explicativas

- (a) Contratos de “naming rights”: consistem em contratos de patrocínio cujo objetivo é outorgar ao patrocinador o direito de dar nome às casas de espetáculos ou a evento específico, mediante pagamento de determinado valor. Os contratos fixam termos e condições em que o patrocinador terá o direito de nomear determinado espaço ou evento, como forma de divulgação de sua marca.
- (b) Contratos: patrocínios, suítes e camarotes e eventos privados
- (b.1) Patrocínios: os contratos têm como objetivo o cumprimento e entrega de determinadas obrigações, tais como a aplicação de marcas/imagens do patrocinador as mídias de divulgação do evento, a outorga de exclusividade no segmento de mercado do patrocinador, a concessão de direitos para utilização de marcas e imagens oficiais do evento e a concessão de direito de compra antecipada de ingressos para clientes de determinado patrocinador, entre outras.
- Suítes e camarotes: tais contratos têm como objetivo a cessão, de suítes ou camarotes localizados no interior das casas de espetáculos, por período determinado.
- (b.2) Eventos privados: tais contratos têm como objetivo a cessão, dos direitos de uso de parte das dependências de casas de espetáculos, para fins de produção e realização de eventos privados, em datas determinadas.
- (c) Vendas antecipadas de ingressos: referem-se a vendas antecipadas de ingressos, recebidas em espécie ou em cartão de crédito, dos eventos, shows e espetáculos promovidos e organizados pela Companhia e por suas controladas.

19. PATROCÍNIOS - LEI DE INCENTIVO À CULTURA

A Companhia atua na captação de recursos para aplicação nos projetos culturais por ela explorados, aprovados pelo Ministério da Cultura, não sendo a beneficiária dos valores recebidos, de acordo com as disposições da Lei nº 8.313/91, alterada pela Lei nº 9.874/99 (lei Rouanet).

Os valores recebidos são depositados e mantidos em conta corrente ou aplicação financeira específica e única para cada projeto e apresentados na rubrica “Caixa restrito” (nota explicativa nº 7).

A contrapartida dos valores recebidos também está registrada em conta específica e única para cada projeto no passivo circulante e está representada pela obrigação de a Companhia aplicar os referidos recursos na realização do projeto aprovado. Os gastos incorridos em cada projeto são debitados diretamente nessa conta, cujo saldo tende a zerar ao final do projeto. Os valores eventualmente não realizados são devolvidos ao Ministério da Cultura quando da prestação de contas do projeto.

O registro das operações incentivadas pela Lei Rouanet são de caráter temporário, não existindo nenhum registro em contas de resultado. A seguir, composição dos montantes envolvidos:

Notas Explicativas

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>Nº Pronac</u>	<u>Valor</u>		
		<u>aprovado</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
A Família Addams	11 7286	13.617	116	19
Esplendores do Vaticano	11 13405	8.388	1.213	361
O Rei Leão	12 6769	11.702	4.670	7.655
Total		<u>33.707</u>	<u>5.999</u>	<u>8.035</u>

A seguir, a movimentação dos montantes envolvidos:

<u>Controladora e Consolidado</u>	<u>31/12/12</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/03/13</u>
A Família Addams	19	790	(693)	116
Esplendores do Vaticano	361	2.199	(1.347)	1.213
O Rei Leão	7.655	-	(2.985)	4.670
Total	<u>8.035</u>	<u>2.989</u>	<u>(5.025)</u>	<u>5.999</u>

20. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em contingências que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. A Administração adota o critério de registrar as provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas com base nas avaliações de risco de perda provável.

A composição dos valores provisionados para os questionamentos judiciais é a seguinte:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>	<u>31/03/13</u>	<u>31/12/12</u>
Trabalhistas	5.185	5.056	6.541	6.419
Cíveis	10.979	10.765	12.157	12.213
Tributários	-	-	1.978	2.271
Total	<u>16.164</u>	<u>15.821</u>	<u>20.676</u>	<u>20.903</u>
Circulante	543	454	543	458
Não circulante	15.621	15.367	20.133	20.445

20.1) Provisões tributárias

Em 31 de março de 2013, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais riscos tributários classificados como probabilidade de perda provável no valor de aproximadamente R\$1.073, e processos classificados como probabilidade de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$40.212 (R\$39.698 em 31 de dezembro de 2012).

Entre os processos tributários que representavam questionamentos ou discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

Notas Explicativas

- a) Processos relativos ao ISS: a maioria dos processos tributários, judiciais ou administrativos, envolve discussão a respeito da incidência do ISS, em que os municípios exigem o pagamento de tal imposto, acrescido de multa e juros legais. Em 31 de março de 2013, o montante global desses processos envolvendo discussão de ISS, classificados como perda possível, é de aproximadamente R\$8.125. Tais processos envolvem discussão com as Prefeituras do Município de São Paulo e do Município do Rio de Janeiro. A Companhia, em suas defesas, discute, entre outros, a incidência desse imposto sobre (i) ingressos emitidos a título de cortesia, , (ii) receitas de aluguel de suítes e de cessão de espaços para eventos.
- b) Em abril de 2011 a Companhia foi autuada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, que exige o pagamento de valores a título de ISS, incidente quando da venda de ingressos para shows de artistas nacionais e peças de teatro realizadas nas casas de espetáculos administradas pela Companhia, em São Paulo. O valor global discutido nos autos de infração lavrados é de R\$5.136, para 31 de março de 2013. Embora tenha havido julgamento de subsistência dos autos, foi determinada a extinção dos processos administrativos diante da discussão judicial de seu objeto em Mandado de Segurança impetrado pela Companhia, no qual se obteve liminar e decisão de mérito favorável à isenção do pagamento do tributo, conforme previsto em lei. Há recurso pendente de julgamento. De acordo com os assessores jurídicos a probabilidade de perda é possível.
- c) Em novembro de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e reflexos, relativos a (i) suposta manutenção de passivo fictício e (ii) glosa de valores amortizados, do ano-calendário 2002. Já houve julgamento parcialmente favorável para a Companhia, inclusive em sede de recurso, e aguarda-se a publicação da decisão. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é provável. Em 31 de março de 2013 o valor discutido, atualizado, é de R\$643.
- d) Em dezembro de 2009, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal onde se discute, em suma, a cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à: (i) glosa de encargos de depreciação e amortização do ano-calendário 2004; (ii) imposição de multa isolada de 50% sobre diferenças apuradas entre os valores escriturados a título de estimativas mensais de IRPJ e CSLL nos anos 2006 e 2007 e os montantes informados em Declaração de Contribuições e Tributos Federais - DCTF; e (iii) insuficiência de recolhimento de IRPJ e CSLL no ano 2005. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2013, o valor atualizado do processo é R\$9.255.
- e) Em abril de 2010 a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal, onde se discute, em suma, cobrança de valores a título de IRPJ e CSLL relativos à glosa da compensação de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, apuradas em anos anteriores, realizada por Ocesa Mercury Entretenimento S/A, quanto a parcela que excedeu o limite de 30% do lucro líquido ajustado. Discute-se a possibilidade de compensação integral daquelas parcelas no exercício em que ocorre a extinção, por incorporação, com o aproveitamento da totalidade do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, sem qualquer percentual limitativo. A Companhia apresentou impugnação e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre este auto é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2013, o valor atualizado deste processo é de R\$3.884.

Notas Explicativas

- f) A Companhia foi autuada, em 2010 e 2012, pela Secretaria da Receita Federal, decorrente da cobrança de valores relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE - Tecnologia, instituída pela Lei nº 10.168/00. A Companhia apresentou impugnação aos autos de infração citados, e espera julgamento na instância administrativa. A opinião dos assessores jurídicos sobre estes autos é de que a probabilidade de perda é possível. Em 31 de março de 2013, o valor atualizado dos dois processos é de R\$8.581.

20.2) Provisões trabalhistas

Em 31 de março de 2013 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em processos trabalhistas, cuja probabilidade de perda foi considerada possível, no valor de R\$12.758 (R\$11.039 em 31 de dezembro de 2012), e provável no montante de R\$3.707.

Entre os processos trabalhistas que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

- a. Processo em que o reclamante pede, em suma, a declaração de nulidade do contrato de prestação de serviços e o reconhecimento de relação de emprego. O processo, cuja probabilidade de perda é classificada como provável, em 31 de março de 2013 encontra-se em fase de execução da sentença proferida, não havendo recurso pendente de julgamento. O valor bruto estimado é de R\$2.037.
- b. Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, onde o reclamante questiona diferenças no pagamento de remuneração fixa e no pagamento de remuneração variável nos anos 2007, 2008 e 2009, além de multas previstas em legislação trabalhista. A Companhia apresentou defesa, sendo que o processo aguarda instrução (produção de provas) e o julgamento. O valor estimado em 31 de março de 2013 é de aproximadamente R\$4.366, cuja probabilidade de perda é possível.
- c. Processo que tramita perante o Juízo do Trabalho da Cidade de Buenos Aires - Argentina, proposto contra T4F Entretenimientos Argentina S.A. e a Companhia. O reclamante questiona, em suma, o pagamento de remuneração variável dos anos de 2008, 2009 e 2010, diferenças salariais e indenização por dano moral, além de multas previstas em legislação trabalhista local. A controlada, citada em 22 de junho de 2012, apresentou defesa e aguarda a instrução e o julgamento do processo. O valor estimado em 31 de março de 2013 é de R\$2.839, cuja probabilidade de perda é possível.

20.3) Provisões cíveis e outras

As principais alegações no Brasil advêm de violação às normas consumistas e na Argentina perseguem-se responsabilidade civil por perdas e danos, bem como direitos do consumidor.

Em 31 de março de 2013 a Companhia e suas controladas estão envolvidas em potenciais processos cíveis classificados como risco de perda possível por seus assessores jurídicos no valor de R\$65.897 (R\$68.188 em 31 de dezembro de 2012), e provável no montante de R\$12.623.

Dos processos cíveis que representavam discussões relevantes para a Companhia destacam-se os seguintes:

Notas Explicativas

- a) O litígio com o Clube Atlético Mineiro, de probabilidade de perda possível, no valor de R\$31.858 em 31 de março de 2013 (que correspondente a terça parte do total pleiteado), conforme descrito a seguir: em trâmite perante a 10ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG, se refere a ação de cobrança de multa, por alegado descumprimento por parte da Companhia e de outros réus, de compromisso firmado com o Clube, além de danos morais. O Clube Atlético Mineiro persegue condenação solidária de três litisconsortes passivos, no pagamento da multa contratual, dos danos morais e das verbas da sucumbência. Em 21 de fevereiro de 2011, foi proferida sentença julgando totalmente improcedente a ação. Atualmente, aguarda-se julgamento definitivo de todos os recursos apresentados pelas partes.
- b) A Companhia é autora reconvida em demanda movida contra Galaxy do Brasil Ltda., ré reconvinte, em que a Companhia busca indenização por perdas e danos decorrentes de denúncia antecipada de contrato de patrocínio de uma de suas casas de espetáculos, e a Galaxy do Brasil Ltda. pleiteia a condenação da Companhia a cessar a utilização de certas marcas e ao pagamento de indenização a título de danos materiais e morais, além de lucros cessantes. A ação proposta pela Companhia foi julgada extinta, e a ação proposta pela Galaxy do Brasil Ltda. foi julgada parcialmente procedente, para condenar a Companhia ao pagamento de indenização no montante de 5% sobre o faturamento líquido do período de 31 de julho de 2003 a 24 de julho de 2005, com atualização monetária e juros de 0,5% ao mês desde a citação, além das custas e despesas processuais. Referido período foi reduzido para 1º de maio de 2004 até 24 de junho de 2005, em julgamento de recurso de apelação da Companhia. O valor da condenação, caso o recurso da Companhia não seja provido, deverá ser apurado em liquidação de sentença. O valor estimado em 31 de março de 2013 é de aproximadamente R\$9.900 e, de acordo com os assessores jurídicos, a probabilidade de perda da Companhia é possível.
- c) A Companhia também figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em 2007, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$1.000, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, quando da venda de ingressos nas bilheterias oficiais dos espetáculos. A Companhia apresentou recursos e aguarda o seu julgamento definitivo. O valor da condenação, se mantida a decisão recorrida, deve ser apurado em liquidação da decisão. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável; (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede a abstenção de cobrança pela Companhia de taxa de conveniência quando da venda de ingressos via internet ou por telefone, e de taxa de entrega quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento. A Companhia apresentou defesa e a ação foi julgada improcedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de conveniência e procedente em relação ao pedido de abstenção da cobrança da taxa de entrega. De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível, sendo que o valor da condenação, se mantida a decisão recorrida em todos os seus aspectos, deve ser apurado oportunamente, em processo de liquidação; e (iii) Ação Civil Pública proposta pelo Procon de Curitiba/PR, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$500, em que se pede a abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, ou qualquer outra taxa semelhante, quando da venda de ingressos na hipótese de venda via internet, por telefone ou em pontos de venda diversos da bilheteria oficial. A Companhia apresentou defesa e aguarda prolação de

Notas Explicativas

sentença. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

- d) A Companhia figura no polo passivo de ações civis públicas propostas pelo Ministério Público de Olinda e Salvador quando das apresentações da turnê “Quidam”, nas aludidas localidades, nos períodos de junho/2009 até agosto/2009 e agosto/2009 até setembro/2009, respectivamente, a saber: (i) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$300, em que se pede (a) abstenção de cobrança de taxa de conveniência, pela Companhia, ou qualquer acréscimo sobre o valor do ingresso, quando da sua venda pela internet ou por telefone, e (b) da taxa de entrega de ingressos, ou qualquer outro valor a título de entrega ou retirada, quando o consumidor optar por retirar pessoalmente o ingresso comprado no local do evento ou pontos de venda. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível; (ii) Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público da Bahia, tendo sido atribuído à causa o valor de R\$100, na qual se discute a não concessão, pela Companhia, do desconto de 50% para estudantes do ensino infantil, quando da venda de ingressos para o espetáculo referido, ou qualquer outro evento para os quais a Companhia venha a comercializar ingressos. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- e) A Companhia é parte passiva, juntamente com terceiro (“Os Independentes”), em ação proposta pela União Estadual dos Estudantes de São Paulo em Agosto de 2008, para discutir as políticas de venda de ingressos com o desconto de 50% para estudantes definidas pelo promotor do evento denominado “53ª Festa do Peão de Barretos”, no período de 21 até 31 de agosto de 2008. Houve acordo entre a autora e o promotor do evento referido, remanescendo obrigação de restituir valores a consumidores que porventura se habilitarem nos autos do processo e comprovarem a condição de beneficiários do desconto (observados os prazos de prescrição e decadência), motivo pelo qual o valor da condenação deverá ser oportunamente apurado, em liquidação de sentença. A Companhia é responsável solidária no que concerne ao cumprimento de tal obrigação. Há recurso pendente de julgamento e, de acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é provável.
- f) A Companhia é parte passiva em ação na qual se pleiteia indenização por danos materiais e lucros cessantes decorrentes de suposta prática de concorrência desleal. O valor atribuído à causa, na data de sua distribuição em junho de 2011 é de R\$9.600, sendo que em 31 de março de 2013 é de R\$13.252. A Companhia apresentou defesa e aguarda julgamento. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.
- g) A Prefeitura Municipal de São Paulo propôs Ação Civil Pública na qual se pretende a responsabilização de diversos réus por supostas irregularidades na gestão e administração de bem público, qual seja, o Estádio do Pacaembu. No que concerne a Companhia, a autora alega ter havido benefício indevido pela concessão de isenção do pagamento de preço público, quando da utilização de referido estádio para realização do show da banda “Iron Maiden”, ocorrido em janeiro de 2004, no âmbito das comemorações pelo aniversário da cidade de São Paulo. Em 31 de março de 2013 o valor em discussão é de R\$752. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, a probabilidade de perda é possível.

Notas Explicativas

Em 31 de março de 2013 a Companhia figura como parte ativa da ação renovatória de contrato de locação do seguinte imóvel: Credicard Hall – São Paulo. Em 30 de maio de 2012 foi prolatada a sentença, tendo sido a ação julgada procedente, para declarar a renovação do contrato de locação a partir de 15 de janeiro de 2010 pelo prazo adicional de 12 (doze) anos, permanecendo, entretanto, a obrigação de pagamento de diferenças de alugueres que, do período de 15 de janeiro de 2010 até 30 de junho de 2012, estimada em R\$11.616, a qual encontr-sea integralmente provisionada.

- h) A Companhia tem como garantias de alguns processos depósitos judiciais que, em 31 de março de 2013, estão registrados no balanço patrimonial consolidado, em rubrica específica no montante de R\$5.680 (R\$5.746 em 31 de dezembro de 2012).

20.4) Movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

<u>Controladora</u>	<u>31/12/12</u>	<u>Provisão (reversão)</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>31/03/13</u>	
Trabalhistas	5.056	(17)	(174)	171		5.036
Cíveis	10.765	48	(48)	363		11.128
Total	15.821	31	(222)	534		16.164

<u>Consolidado</u>	<u>31/12/2012</u>	<u>Provisão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Efeitos de variação cambial</u>	<u>31/03/13</u>
Trabalhistas	6.419	(21)	(197)	226	(36)	6.391
Cíveis	12.213	(210)	(48)	363	(11)	12.307
Tributários	2.271	(290)	-	86	(89)	1.978
Total	20.903	(521)	(245)	675	(136)	20.676

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 11 de abril de 2011, conforme aprovado pelo Conselho da Administração, foram emitidas 11.724.138 ações as quais foram subscritas e integralizadas com recursos obtidos em oferta pública de ações. A liquidação das ações negociadas ocorreu em 15 de abril de 2011, o montante total captado foi de R\$187.586, tendo a Companhia, incorrido em gastos na emissão dessas ações no montante de R\$9.665, líquido dos efeitos tributários de R\$4.978. Esses gastos estão apresentados em conta redutora específica no Patrimônio Líquido.

Em 2012, conforme aprovação do Conselho de Administração, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista o exercício de opções de compra de ações por executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

Em 31 de março de 2013, o capital social da Companhia é de R\$243.022 representado por 69.791.465 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

- b) Política de distribuição de dividendos: os acionistas têm direito a um dividendo anual não cumulativo de, no mínimo, 25% do lucro líquido, ajustado de acordo com as normas previstas no estatuto social.
- c) Reserva legal: de acordo com a legislação vigente, a reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício ajustado.
- d) A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404.76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.
- e) Resultados abrangentes: em 31 de março de 2013, em conformidade com as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, foi reconhecida no patrimônio líquido da Companhia, no subgrupo “Resultados abrangentes”, ganho relativo ao ajuste de variação cambial na conversão de informações contábeis intermediárias das controladas no exterior (nota explicativa nº 12.1) no montante de R\$13.181 (R\$14.204 em 31 de dezembro de 2012).
- f) Reserva de capital: refere-se ao valor correspondente à contraprestação dos serviços prestados por executivos contemplados pelo Plano de Opção de Compra de Ações (nota explicativa nº 31).

22. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Receita bruta:				
Serviços	43.305	95.141	63.002	114.294
Produtos	339	279	3.220	6.285
Impostos incidentes	(5.559)	(12.101)	(7.154)	(14.245)
Receita líquida	<u>38.085</u>	<u>83.319</u>	<u>59.068</u>	<u>106.334</u>

Notas Explicativas**23. DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA**a) Despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Reversão (constituição) de créditos de liquidação duvidosa	(2)	25	(557)	21
Serviços de terceiros	(3.831)	(4.977)	(5.766)	(7.325)
Utilidades e facilidades	(1.007)	(855)	(1.818)	(942)
Despesas de benefícios a colaboradores (nota explicativa nº 24)	(8.856)	(8.136)	(13.321)	(13.463)
Outras despesas operacionais	(330)	(340)	(1.042)	(362)
Despesas operacionais	<u>(14.026)</u>	<u>(14.283)</u>	<u>(22.504)</u>	<u>(22.071)</u>
Gerais e administrativas	(12.985)	(13.066)	(21.185)	(20.749)
Remuneração dos administradores	(1.041)	(1.217)	(1.319)	(1.322)
Total das despesas por natureza	<u>(14.026)</u>	<u>(14.283)</u>	<u>(22.504)</u>	<u>(22.071)</u>

b) Custos por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Caches, direitos autorais e agenciamento de shows	(8.856)	(27.336)	(21.893)	(29.003)
Transportes e locações	(2.558)	(9.862)	(4.076)	(11.698)
Serviços de terceiros	(5.264)	(4.569)	(6.290)	(6.512)
Viagens e locomoção	(1.072)	(4.861)	(1.150)	(4.892)
Utilidades e facilidades	(3.412)	(3.487)	(4.134)	(4.068)
Mídia e publicidade	(1.064)	(3.807)	(1.399)	(4.868)
Depreciação e amortização	(746)	(830)	(2.592)	(2.097)
Benefícios a empregados	(394)	(439)	(2.016)	(1.849)
Custos de produção	(1.682)	(5.370)	(7.785)	(11.857)
	<u>(25.048)</u>	<u>(60.561)</u>	<u>(51.335)</u>	<u>(76.845)</u>

Notas Explicativas**24. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A COLABORADORES**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Salários e bonificações	(5.575)	(4.604)	(9.781)	(8.928)
Despesa de férias	(535)	(470)	(726)	(632)
Despesa de 13º salário	(316)	(304)	(545)	(504)
Encargos sociais	(1.917)	(1.790)	(2.992)	(3.093)
Participação nos resultados - bônus	(0)	(454)	0	(439)
Pagamentos baseados em ações	(189)	(79)	(189)	(79)
Outros benefícios a empregados (i)	(718)	(874)	(1.104)	(1.637)
Total de despesas com benefícios a empregados	(9.250)	(8.575)	(15.337)	(15.312)
Benefícios classificados como custo dos serviços prestados	(394)	(439)	(2.016)	(1.849)
Benefícios classificados como despesas gerais e administrativas	(8.856)	(8.136)	(13.321)	(13.463)
	(9.250)	(8.575)	(15.337)	(15.312)

(i) A Companhia não oferece plano de contribuição e benefício definido aos seus colaboradores.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/3/2012
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(125)	(230)	(1.099)	(565)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	(37)	(59)	(337)	(324)
Perdas líquidas decorrentes de operação de "swap"	-	(985)	-	(985)
Juros com debêntures	(2.025)	(3.964)	(2.025)	(3.964)
Outras	(933)	(145)	(1.105)	(248)
Total	(3.120)	(5.383)	(4.566)	(6.086)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Receitas financeiras:				
Juros ativos	35	255	84	502
Rendimentos de aplicações financeiras	1.641	5.118	1.953	5.462
Outras	7	13	10	93
Total	1.683	5.386	2.047	6.057

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Variações cambiais, líquidas:				
Passivas	(135)	(3.340)	(488)	(5.074)
Ativas	827	2.833	848	3.194
Variações monetárias, líquidas:				
Passivas	(533)	-	(566)	(26)
Ativas	-	7	-	17
Total	<u>159</u>	<u>(500)</u>	<u>(206)</u>	<u>(1.889)</u>

26. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
(Provisão) reversão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(31)	(790)	521	(433)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	(3)	(198)	(6)	(198)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	198	452	(15)	482
Total	<u>164</u>	<u>(536)</u>	<u>500</u>	<u>(149)</u>

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
Despesa de IRPJ corrente	-	-	(583)	(527)
Despesa de CSLL corrente	-	-	(95)	(176)
IRPJ e CSLL diferidos	834	(2.746)	2.619	(2.228)
Total	<u>834</u>	<u>(2.746)</u>	<u>1.941</u>	<u>(2.931)</u>

Notas Explicativas

b) A reconciliação do IRPJ e da CSLL registrada no resultado do período é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/13	31/03/12	31/03/13	31/03/12
(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e da CSLL	(16.543)	3.807	(17.914)	4.080
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de crédito (despesa) de IRPJ e CSLL de acordo com a alíquota vigente	5.625	(1.294)	6.091	(1.387)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre:				
Multas e despesas indedutíveis	(11)	(43)	(15)	(43)
Compensação com prejuízo fiscal e diferenças temporárias não reconhecidas	-	-	(855)	-
Controlada tributada por meio de lucro presumido	-	-	90	48
Controlada tributada no exterior	-	-	(3.306)	(890)
Resultado de equivalência patrimonial	(4.716)	(1.047)	-	-
Plano de remuneração baseado em ações	(64)	(27)	(64)	(27)
Outros itens	-	(335)	-	(632)
Crédito (Despesa) de IRPJ e CSLL	834	(2.746)	1.941	(2.931)

c) Movimentação e composição do saldo do IRPJ e da CSLL diferidos

A tabela a seguir corresponde à análise dos impostos diferidos ativos (passivos) apresentados nas informações contábeis intermediárias na controladora e no consolidado:

Controladora	31/12/12	Varição	31/03/13
Impostos diferidos ativos sobre-			
Não circulante:			
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13)	32.315	(4.035)	28.280
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13	1	14
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.379	117	5.496
Prejuízos fiscais	24.943	3.428	28.371
Base negativa de CSLL	9.819	1.234	11.053
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(741)	12	(729)
Outras provisões	129	77	206
Total do ativo líquido	71.857	834	72.691

Notas Explicativas

Consolidado	31/12/12	Varição	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	31/03/13
Impostos diferidos ativos sobre-				
Não circulante:				
Ágio gerado por incorporação (nota explicativa nº 13)	32.315	(4.035)	-	28.280
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.422	(182)	(55)	1.185
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	5.948	108	(22)	6.034
Prejuízos fiscais	30.742	5.769	(228)	36.283
Base negativa de CSLL	9.819	1.234	-	11.053
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(741)	12	-	(729)
Outras provisões	1.561	(453)	(48)	1.060
Total do ativo	81.066	2.453	(353)	83.166
Impostos diferidos passivos sobre-				
Não circulante:				
Reserva de reavaliação do ativo imobilizado	(2.201)	166	-	(2.035)
Total do passivo	(2.201)	166	-	(2.035)
Total líquido	78.865	2.619	(353)	81.131

d) Diferenças temporárias dedutíveis não reconhecidas, prejuízos e créditos fiscais não utilizados.

Diferenças temporárias dedutíveis, prejuízos e créditos fiscais não utilizados para os quais não foram reconhecidos impostos diferidos ativos são atribuíveis conforme segue:

	Consolidado	
	31/03/13	31/12/12
Prejuízos fiscais e bases negativas de controladas	11.817	9.853
Diferenças temporárias dedutíveis	559	(68)
	12.376	9.785
Alíquota vigente	34%	34%
Impostos diferidos ativos não reconhecidos no fim do período	4.208	3.327

Em conformidade com os requerimentos do CPC 32 e atendimento à Instrução CVM nº 371/02, foram constituídos imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes basicamente de reserva de reavaliação, diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. O crédito tributário foi constituído tendo em vista que a Companhia apresenta resultados tributáveis futuros, com base em suas projeções de resultados, os quais demonstram que tais valores serão recuperados nos próximos exercícios.

Os créditos estão mantidos no ativo não circulante, fundamentados na expectativa de realização com base em projeções de geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% sobre o lucro

Notas Explicativas

tributável anual para compensação com prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, conforme a legislação fiscal vigente. A Companhia elaborou estudos de viabilidade, que são objeto de aprovação pelo Conselho de Administração, os quais indicaram a recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos.

O prazo estimado de realização é conforme segue:

Ano	<u>Controladora</u>	<u>Consolidada</u>
2013	19.092	21.925
2014	19.264	20.666
2015	10.251	11.653
2016	11.405	12.807
2017	<u>12.679</u>	<u>14.080</u>
Total	<u><u>72.691</u></u>	<u><u>81.131</u></u>

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

28.1. Gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas contratam operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades, bem como a reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos, bem como dos respectivos instrumentos, é realizada por meio de definição de estratégias, estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de exposição cambial, a qual é monitorada pela Diretoria da Companhia. São contratados mútuos com partes relacionadas, fornecedores e empréstimos e financiamentos, classificados como instrumentos financeiros.

A Companhia administra seu capital para assegurar que tanto a controladora quanto as controladas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e empréstimos detalhados na nota explicativa nº 16, deduzido por caixa e equivalentes de caixa) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 21).

Notas Explicativas

28.2. Classificação dos instrumentos financeiros

Rubrica	Classificação (iii)	Notas explicativas	Controladora	
			31/03/13	31/12/12
Debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(75.105)	(95.925)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	744	725
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	91.370	117.036
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	12.1	23.647	23.736
Contas a pagar de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	12.1	(15.378)	(16.279)
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	50.554	53.327
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(21.850)	(22.092)
Total de exposição			<u>53.982</u>	<u>60.528</u>
Efeito no resultado			<u>217</u>	<u>1.867</u>

Rubrica	Classificação (iii)	Notas explicativas	Consolidado	
			31/03/13	31/12/12
Debêntures (i)	Outros passivos financeiros	16	(75.105)	(95.925)
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	16	(22.371)	(14.425)
Bancos	Empréstimos e recebíveis	6	744	725
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	6	118.038	138.598
Contas a receber de partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	12.1	9.071	-
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	8	89.730	107.563
Fornecedores	Outros passivos financeiros	15	(51.251)	(60.255)
Total de exposição			<u>68.856</u>	<u>76.281</u>
Efeito no resultado			<u>(72)</u>	<u>2.452</u>

- (i) As debêntures escrituradas pela Companhia são remuneradas com juros que correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros (DI) “over” expressa na forma percentual ao ano, correspondente a 252 dias úteis (CETIP), capitalizada de uma sobretaxa, escalonada, com inicial de 1,47% ao ano em 31 de março de 2010 e 2,09% ao ano em 25 de março de 2015 (nota explicativa nº 16).
- (ii) As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas atreladas na sua totalidade à taxa CDI e refletem as condições usuais de mercado nas datas de encerramento dos balanços (nota explicativa nº 6).

Notas Explicativas

(iii) As receitas, despesas, ganhos e perdas relacionadas às categorias de instrumentos financeiros são classificadas na rubrica de resultado financeiro (nota explicativa nº 25).

A Administração considera que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros acima descritos se aproximam dos seus valores justos. Adicionalmente, a determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão, são negociados em mercados ativos e determinados com base nos preços observados nesses mercados (categoria nível 1).

28.3. Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

a) Exposição a risco da taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são praticadas em seus passivos e ativos captados (ou aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis, como, por exemplo, o CDI, com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado. A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros em decorrência da variação da taxa de juros é demonstrada no item c) abaixo.

b) Exposição ao risco cambial

Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira.

A Companhia possui prática para que sempre que exista exposição de ativos e passivos em moeda estrangeira, em virtude dos contratos com fornecedores internacionais ou manutenção de contas bancárias no exterior, a mesma contrate Termo de Moeda - NDF (Non-Deliverable Forward) ou fundo cambial.

No exercício findo em 31 de março de 2013 não há contratos de instrumentos financeiros derivativos (NDF) em aberto na Companhia e em suas controladas.

Em 31 de março de 2013, a Companhia possui as seguintes transações em moeda estrangeiras registradas no balanço:

Notas Explicativas

Rubrica	Classificação	Moeda	Controladora		Consolidado	
			31/03/13	31/12/12	31/03/13	31/12/12
Bancos	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	744	725	744	725
Aplicações financeiras	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	-	-	525	531
Mútuo com controladas argentinas	Empréstimos e recebíveis	Pesos argentinos	15.518	16.257	-	-
Mútuo com controlada chilena	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	561	568	-	-
Mútuo com acionistas e controladas no exterior	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(12.261)	(12.860)	-	-
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	Dólares norte-americanos	(478)	(165)	(1.380)	(1.288)
Total de exposição			<u>4.084</u>	<u>4.525</u>	<u>(111)</u>	<u>(32)</u>
Efeitos no resultado			<u>(699)</u>	<u>2.046</u>	<u>1</u>	<u>(191)</u>

- Mútuo com partes relacionadas: correspondem aos saldos a receber e a pagar dos contratos da Companhia e de suas controladas, mantidos em moedas estrangeiras.
- Exceto pela operação de mútuo entre a Companhia e a controlada T4F Chile S.A., no valor remanescente de US\$7.000 mil, o saldo devido a partes relacionadas é decorrente de operações cujas condições poderiam ser diferentes caso praticadas com partes não relacionadas e, portanto, representariam parte do investimento e não necessariamente o valor de mercado das transações financeiras.
- Fornecedores: referem-se aos saldos a pagar de transações comerciais em moedas estrangeiras.

c) Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira e taxas de juros

As flutuações do câmbio e das taxas de juros, como, por exemplo, o CDI, podem afetar positiva ou adversamente as informações contábeis intermediárias em decorrência de aumento ou redução nos saldos denominados em moeda estrangeira ou indexados a taxa de juros.

Tendo em vista a Administração considerar que os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros se aproximam dos seus valores justos, consequentemente as análises de sensibilidade a seguir apresentam resultados aplicáveis tanto para valores contábeis quanto para os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mudança nas taxas de juros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 31 de março de 2013 a Administração estimou com base nas cotações do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, taxas futuras de juros, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora			
	31/03/13	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI - 7,25%	CDI - 9,06%	CDI - 10,88%
Debêntures	(75.105)	(82.209)	(83.597)	(84.992)
Aplicações financeiras	91.370	98.040	99.705	100.570
Exposição líquida	<u>16.265</u>	<u>15.831</u>	<u>16.109</u>	<u>15.578</u>

	Consolidado			
	31/03/13	Cenário		
		Provável (i)	Possível (ii)	Remoto (iii)
Premissas		CDI-7,25% e TNA-25,19%	CDI-9,06% e TNA-31,49%	CDI-10,88% e TNA-37,79%
Debêntures	(75.105)	(82.209)	(83.597)	(84.992)
Empréstimos e financiamentos	(22.371)	(28.007)	(29.416)	(39.799)
Aplicações financeiras	117.513	126.092	128.233	129.577
Exposição líquida	<u>20.037</u>	<u>15.876</u>	<u>15.220</u>	<u>4.786</u>

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado positivo de R\$2.218 e negativo de R\$3.101 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas futuras de CDI para os juros das debêntures acrescentados a média da sobretaxa de 2,06% ao ano. Para as aplicações financeiras foram consideradas as mesmas estimativas futuras de CDI e a taxa média de rentabilidade das aplicações detidas pela Companhia em 31 de março de 2013.
- (ii) No cenário possível, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 25% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$2.495 e negativo R\$3.756 (controladora e consolidado, respectivamente).
- (iii) No cenário remoto, adotando-se os mesmos critérios descritos para o cenário provável com acréscimo de 50% nas taxas utilizadas, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$1.965 e negativo de R\$14.190 (controladora e consolidado, respectivamente).

O empréstimo da controlada T4F Argentina S.A. é corrigido pela TNA – Taxa Nominal Atual.

Risco de mudança das taxas de câmbio

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, em 31 de março de 2013 a Administração estimou as taxas futuras de câmbio, demonstrando em cada cenário o efeito da variação do valor justo, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora			
	31/03/13	Cenário		
		Provável (i)	Possível - 25% (ii)	Remoto 50% (iii)
Bancos	744	776	970	1.164
Mútuo com controladas argentinas	15.518	15.843	19.803	23.764
Mútuo com controlada chilena	561	585	731	878
Mútuo com acionistas e controladas no exterior	(12.261)	(12.786)	(15.982)	(19.179)
Fornecedores	(478)	(498)	(623)	(748)
Exposição líquida	<u>4.084</u>	<u>3.918</u>	<u>4.899</u>	<u>5.879</u>

	Consolidado			
	31/03/13	Cenário		
		Provável (i)	Possível - 25% (ii)	Remoto 50% (iii)
Bancos	744	776	970	1.164
Aplicações financeiras	525	547	684	821
Fornecedores	(1.380)	(1.439)	(1.799)	(2.159)
Exposição líquida	<u>(111)</u>	<u>(116)</u>	<u>(146)</u>	<u>(173)</u>

- (i) No cenário provável, a Companhia apresentaria resultado negativo de R\$865 e R\$4 (controladora e consolidado, respectivamente) nos próximos 12 (doze) meses, resultante de estimativas das taxas de câmbio para tal período.
- (ii) No cenário possível, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 25% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$116 e negativo de R\$34 (controladora e consolidado, respectivamente).
- (iii) No cenário remoto, com base nas taxas utilizadas no cenário provável entretanto com deterioração de 50% nas paridades cambiais, as estimativas gerariam um resultado positivo de R\$1.096 e negativo de R\$61 (controladora e consolidado, respectivamente).

Os resultados das operações com instrumentos financeiros derivativos estão incorporados ao resultado financeiro líquido (nota explicativa nº 25).

d) Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia e de suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento

Notas Explicativas

permanente do seu saldo devedor. Os valores a receber de clientes estão substancialmente atrelados a vendas com cartão de crédito onde cujo risco de crédito não recai sobre a Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para a diversificação de riscos de crédito.

e) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia e de suas controladas, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

A Administração monitora o nível de liquidez consolidado da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, o caixa e equivalentes de caixa.

29. SEGUROS

A cobertura de seguros é determinada em função da natureza de riscos dos bens sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de sinistros. Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a cobertura está demonstrada como segue:

		Importância segurada	
		31/03/13	31/03/12
	<u>Modalidade</u>		
Responsabilidade civil geral e estabelecimentos	Geral e eventos, estabelecimentos comerciais e/ou industriais, empregador, garagista e danos morais	13.477	23.832
Seguro patrimonial - estabelecimentos	Incêndio, raio, explosão, vendaval, fumaça, perda de aluguel, equipamentos, luminosos, valores, tumulto, greve, vidro, roubo/furto de bens, valores em trânsito, danos elétricos, alagamentos, lucros cessantes e todos os riscos com vazamento de "sprinklers"	55.381	80.678
		<u>68.858</u>	<u>104.510</u>

30. COBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E COMPROMISSOS

a) Contratos de patrocínio

A Companhia mantém contratos de patrocínio de longo prazo, a saber: (i) contratos de patrocínio de nomeação das casas de espetáculos que opera, cujo objeto é, em resumo, a nomeação das mesmas e a forma de exposição da marca do patrocinador; (ii) contrato de patrocínio de tecnologia de acesso, consiste em ferramenta que permite acesso aos espetáculos organizados e promovidos pela Companhia, mediante a utilização de cartão de crédito; (iii) contrato de patrocínio, cujo objeto é a outorga de benefícios aos clientes do patrocinador de determinados eventos promovidos pela Companhia, entre os quais estão pré-venda de

Notas Explicativas

ingressos, descontos e estacionamento preferencial, entre outros; e (iv) contrato de patrocínio de espetáculo circense.

b) Aluguéis das casas de espetáculo

Os contratos de locação das casas de espetáculos foram celebrados com prazo superior a cinco anos, estando assegurado à Companhia o direito à renovação compulsória da locação, desde que atendidos os requisitos previstos em lei. Em caso de não cumprimento do prazo de locação definido, serão cobrados da locatária três meses de aluguel vigentes na data de rescisão contratual, além da obrigatoriedade de devolver o imóvel em perfeitas condições de uso.

A composição dos valores a pagar dos aluguéis com base nos valores mensais vigentes em 31 de março de 2013 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até o 1º ano	12.268	15.616
Do 2º ao 5º ano	39.449	48.188
Após o 5º ano	<u>33.498</u>	<u>34.134</u>
Total	<u><u>85.215</u></u>	<u><u>97.938</u></u>

c) Cartas de garantia de crédito e fianças

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia e suas controladas possuíam vigentes contratos de constituição de garantias para créditos decorrentes de fiança, firmados com instituições financeiras, cujo objetivo é garantir o pagamento de cachês a artistas no exterior, que totalizam aproximadamente US\$79.065 mil e US\$127.465 mil, respectivamente.

A Companhia possuía vigentes cartas de fiança bancária cujo objetivo é garantir o pagamento de aluguéis e determinados processos judiciais, que totalizam aproximadamente R\$5.399 e R\$7.031, respectivamente.

31. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Companhia, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de setembro de 2007, aprovou o Plano de Opções de Compra de Ações, ratificado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2011. De acordo com o Plano, o Conselho de Administração pode outorgar opções de compra de ações em favor de administradores, colaboradores em posição de comando ou outras companhias sob o seu controle. A outorga de opções é realizada mediante a celebração de contratos de outorga entre a Companhia e os beneficiários. A totalidade das opções de compra de ações, outorgadas nos termos de tal Plano, não poderá ultrapassar 5% do total de ações do capital social vigentes à época das opções. A opção pode ser parcial ou totalmente exercida durante o prazo fixado no respectivo Contrato de Opção, observando a vigência do plano.

As parcelas anuais, cujo período de “vesting” não tiver ocorrido, serão imediatamente prescritas caso o contrato de trabalho ou mandato como administrador venha a cessar por qualquer motivo, perdendo o beneficiário qualquer direito em relação a elas.

Notas Explicativas

Os contratos celebrados antes do registro de Companhia aberta e consequente processo de oferta pública de distribuição de ações determinavam que os ganhos dessas opções seriam liquidados em caixa, entretanto, caso a Companhia efetuasse processo de oferta pública de distribuição de ações, esta deixaria de ter a obrigação de liquidar tais ganhos em caixa, tendo em vista que os executivos contemplados poderiam exercer suas opções “vested” mediante a emissão das ações a eles atribuídas.

As opções outorgadas foram devidamente avaliadas ao seu valor justo nas respectivas datas de outorga, sempre calculado com base no modelo “Black & Scholes”. Os efeitos refletidos no resultado estão apresentados a seguir:

Ano de outorga	Quantidade de opções outorgadas	Valores registrados no resultado até 31/12/12	Valores	
			registrados no trimestre findo em 31/03/13	Valores a registrar em períodos futuros
2007	1.256.667	2.869	-	-
2008	505.576	1.414	-	-
2010	119.373	181	3	9
2012	438.300	256	186	848
Total	<u>2.319.916</u>	<u>4.720</u>	<u>189</u>	<u>857</u>

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

Datas de outorga	Planos individuais para cada executivo contemplado					
	28/09/07	01/10/07	15/07/08	23/02/10	04/07/12	24/10/12
Número de executivos contemplados	1	1	1	1	4	9
Término do prazo de exercício das opções da última tranche	28/9/2014	1/10/2014	15/7/2015	23/2/2017	15/4/2013	15/4/2013
Volatilidade do preço da ação	32,98%	32,98%	32,98%	32,98%	34,60%	34,60%
Taxa de juros livre de risco	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%	12,06%
Preço para exercício por opção em R\$	10,98	10,98	10,98	10,98	11,93	11,93
Indexador	Não indexado	Não indexado	1 contrato não indexado e outro indexado pelo CDI	Indexado pelo CDI	Indexado pelo IGP-M	Indexado pelo IGP-M
Preço para exercício, corrigido - R\$	10,98	10,98	10,98 e 16,93, respectivamente	16,93	16,41	16,41
Valor justo por opção – R\$:	(i)					
Série 1	5,02	5,02	5,02 e 0,00	0	5,04	1,54
Série 2	5,02	5,02	5,02 e 0,00	1,48	5	1,95
Série 3	5,02	5,02	5,28 e 0,66	2,22	4,95	2,17
Série 4	5,50	5,51	6,34 e 1,83	2,74	4,89	2,31

(i) Um plano não indexado e outro indexado pelo CDI, respectivamente.

Notas Explicativas

Conforme aprovações do Conselho da Administração da Companhia, até a data de encerramento das informações contábeis intermediárias de 31 de março de 2013, foram emitidas 601.015 ações subscritas e integralizadas no montante de R\$5.899, tendo em vista alguns dos executivos contemplados no Plano de Opção de Compra de Ações terem exercido suas opções já “vested”.

32. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A IFRS 8 - Informação por Segmento requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes de negócios da Companhia, que são regularmente revisados pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

a) Receitas e resultados dos segmentos

Os segmentos operacionais são reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos aos principais tomadores de decisões estratégicas e operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em resultados de execução de atividades relacionadas à: (i) promoção de eventos, que engloba a realização de shows e espetáculos ao vivo, peças teatrais e exposições; (ii) operações, que inclui a comercialização de tickets, venda de alimentos e bebidas e operação de casas; e (iii) patrocínios. A segmentação por atividade é, ainda, desdobrada por regiões geográficas, as quais incluem a seguinte segregação: (i) Brasil; (ii) Argentina; e (iii) Chile.

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais brutas, nos impostos, nas receitas operacionais líquidas, nos custos dos serviços prestados, nas despesas e no “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA”, no lucro líquido do exercício e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira sumariada relativa aos segmentos da Companhia para 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012

Notas Explicativas

Consolidado				
31/03/13				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	26.139	17.940	14.989	59.068
Custos	(37.077)	(14.258)	-	(51.335)
Lucro (prejuízo) bruto	(10.938)	3.682	14.989	7.733
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(5.566)	(8.772)	-	(14.338)
	(16.504)	(5.090)	14.989	(6.605)
Despesas administrativas				(8.584)
Resultado financeiro				(2.725)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos				(17.914)

Consolidado				
31/03/12				
	Promoção de eventos	Operações de bilheteria, alimentação e bebidas e operação de casas de espetáculo	Patrocínio	Total
Receita líquida	62.913	17.496	25.925	106.334
Custos	(62.637)	(14.208)	-	(76.845)
Lucro bruto	276	3.288	25.925	29.489
Despesas operacionais alocáveis aos segmentos	(3.677)	(4.926)	-	(8.603)
	(3.401)	(1.638)	25.925	20.886
Despesas administrativas				(14.888)
Resultado financeiro				(1.918)
Lucro antes dos impostos				4.080

Notas Explicativas

b) Informações geográficas

A receita das operações da Companhia por área geográfica está detalhada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/13	31/03/12
<u>Receita líquida</u>		
Argentina	3.319	7.888
Brasil	47.598	94.298
Chile	8.151	4.148
	<u>59.068</u>	<u>106.334</u>
<u>Lucro bruto</u>		
Argentina	379	2.345
Brasil	14.925	25.341
Chile	(7.571)	1.803
	<u>7.733</u>	<u>29.489</u>
<u>Lucro (prejuízo) operacional</u>		
Argentina	(4.085)	(1.959)
Brasil	(4.504)	7.254
Chile	(9.325)	(1.215)
	<u>(17.914)</u>	<u>4.080</u>

33. INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR PARA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXAS

As seguintes movimentações na posição financeira ocorreram durante os períodos findos em 31 de março de 2013, mas não produziram mudanças no caixa e equivalentes de caixa:

- Aquisição de bens do imobilizado e intangível, para os quais não foram efetuados pagamentos no período findo em 31 de março de 2013 no montante de R\$197 na controladora e R\$555 no consolidado (R\$33 na controladora e R\$55 no consolidado em 31 de dezembro de 2012).
- Provisão de valores referente a dividendos mínimos obrigatórios a receber de controladas no montante de R\$3.871 em 31 de dezembro de 2012.
- Movimentação do caixa restrito da Lei Rouanet que não afeta o caixa, referente aos projetos culturais no montante de R\$4.288.

34. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) do período, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o mesmo período.

Notas Explicativas

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação, supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam a diluição. Dessa forma, o cálculo da referida média ponderada foi afetado pelos instrumentos de opções de compra de ações (nota explicativa nº 31).

O cálculo do lucro (prejuízo) por ação está demonstrado a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/3/2013</u>	<u>31/3/2012</u>
Lucro (prejuízo) do período atribuível aos acionistas da Companhia	<u>(15.709)</u>	<u>1.061</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>69.791.465</u>	<u>69.290.620</u>
Quantidade de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro diluído por ação	<u>71.435.609</u>	<u>71.053.854</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação - R\$	<u>(0,2251)</u>	<u>0,0153</u>
Lucro (prejuízo) diluído por ação - R\$	<u>(0,2251)</u>	<u>0,0149</u>

Em 31 de março de 2013, o prejuízo diluído e o básico eram iguais tendo em vista que o total das ações ordinárias potenciais, mesmo que consideradas separadamente, apresentou efeito de antidiluição.

35. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração ocorrida em 08 de maio de 2013.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos Acionistas e Administradores da
T4F Entretenimento S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da T4F Entretenimento S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2